

Newton de Macedo: *da filosofia da história para a sociologia**

Pedro Baptista**

Resumo

Expõe-se o lugar cimeiro da Sociologia, na Reforma do Ensino Superior da Filosofia, tentada por Leonardo Coimbra em 1919, data em que, como Ministro da Instrução, funda a FLUP. Insere-se tal posição no interesse destacado pela Sociologia, não apenas vindo da tradição positivista oitocentista, mas sobretudo da Renascença Portuguesa, movimento que a procurava superar. Informa-se que, embora o projecto de inserção da Sociologia no plano curricular do ensino da Filosofia na FLUP não tivesse vingado por vicissitudes políticas, autores como Georg Simmel eram estudados com profundidade, mormente a partir da crítica da filosofia da história. Newton de Macedo, historiador e filósofo, é o seu principal estudioso percebendo como a história enquanto ciência tende a evoluir do nível da historiografia para o nível da sociologia, uma vez que os factos históricos devem ser inseridos na categoria de factos sociais. Além de se debruçar sobre o esquema de Vieira de Almeida sobre a causalidade histórica, nele descortinando três fases da investigação, critica as visões naturalistas e cientistas dos fenómenos sociais, provenientes dos diversos autores positivistas. Em contrapartida, ao expor-nos o pensamento sociológico de Durkheim, também bem conhecido na FLUP Primitiva, parece com ele se identificar. Centrado nas ruínas do pós-guerra, Newton, tal qual Leonardo Coimbra, fazendo uma leitura muito crítica do positivismo (sem contudo deixar de o considerar uma boa base epistemológica de trabalho), tem como fito principal a pesquisa de novas bases para a edificação dos novos valores necessários para preencher o perigoso vazio moral deixado pela barbaria belicista. O artigo releva o excepcional actualismo internacional da FLUP (1919 – 1931) num panorama filosófico académico nacional fechado à actualidade e ao mundo.

1. No início de Maio de 1919, Leonardo de Coimbra, Ministro da Instrução do governo provisório que se seguiu ao dezembrismo, decide empreender a

* Texto que serviu de base à conferência pronunciada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito das comemorações dos 20 anos de Sociologia no Porto, em 24 de Outubro de 2006.

** Doutor Em Filosofia pela FLUP. A sua dissertação de doutoramento teve como tema o pensamento moral e político de Newton de Macedo.

reforma do ensino universitário das “ciências filosóficas”, nomeando para essa tarefa, como professores da Universidade de Coimbra, dois jovens professores do Liceu Gil Vicente, onde se concentrava um escol muito especial dos mais talentosos jovens intelectuais republicanos da época.

São eles, um, Lúcio Pinheiro dos Santos, natural de Braga, com formação em matemática, física e engenharia, que havia seguido os cursos de Henri Bergson no Collège de France e que se haveria de notabilizar, em círculos restritos da filosofia, pela sua “Ritmanálise” divulgada sobretudo por Bachelard¹; outro, o lisboeta Francisco Newton de Macedo, licenciado em filosofia, que se notabilizara não apenas no exercício lectivo do referido liceu, como ainda com o nível da sua dissertação à Escola Normal Superior de Lisboa onde Leonardo era metodólogo.

Na perspectiva do novo Ministro da Instrução, ao ensino vigente “faltavam-lhe matérias indispensáveis ao aperfeiçoamento e expansão da alta cultura intelectual no domínio das ciências filosóficas” que incluíam algumas disciplinas até então entendidas como apenas necessárias nas faculdades de Ciências.

Ângelo Ribeiro, também de filosofia e, na altura, professor no Gil Vicente, maugrado a defesa acérrima feita por Coimbra sobre a modernidade da sua Faculdade e mesmo sobre a liberalidade e progressividade da extinta Faculdade de Teologia de que era a sucessão, viria a descrever o atraso do ensino superior da filosofia em Portugal antes de 1919, como ignorando Charles Renouvier, Jean-Marie Guyau ou Alfred Fouillée, mal se conhecendo o nome de Émile Boutroux e ouvindo-se falar vagamente de “um tal Bergson” de que se sabia ser um conferencista de filosofia que abrilhantava Paris, mas pouco mais². Ou seja, desconheciam-se as principais referências do pensamento francês da geração de 1900, donde o panorama não dever ser melhor em relação aos autores ingleses ou norte-americanos. O que é dizer que se desconhecia toda a modernidade.

Na reforma leonardina, o novo plano dos estudos filosóficos universitários passaria a incluir treze novas disciplinas, as Matemáticas Gerais, Física Geral, Química Geral, Biologia, Sociologia, Psicologia, Curso Prático de Psicologia, Teoria da Experiência (ciência, arte e moral), Metafísica, História da Filosofia Antiga, História da Filosofia Medieval; História da Filosofia Moderna e Contemporânea e Curso prático de História da Filosofia³.

¹ Bachelard, Gaston - *La Dialectique de la durée*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963, p. 129 a 149.

² Ribeiro, Ângelo - O pensamento filosófico de Leonardo Coimbra. *Atlântida* (1919) 33/34, p. 938 a 945.

³ Ribeiro, Álvaro - *O Problema da filosofia portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1942, pag.27.

Nada de espantar no respeitante à inclusão da sociologia, uma vez que, como se verifica, por exemplo, através de “A Águia”, o interesse dedicado pela Renascença Portuguesa não vai apenas para a filosofia, a ciência, a literatura, a história, a pintura, a antropologia e etnologia, mas também para sociologia.

Não é pois por acaso que, no início dos anos 30, Delfim Santos, ao apresentar um projecto de reforma radical da Universidade, depois de desenvolver os diversos grupos ou licenciaturas que seriam abarcados por cada uma das três faculdades que considerava, apresenta um currículo disciplinar da licenciatura em Filosofia convergente com o propugnado, mais de uma década antes, por Leonardo Coimbra. Além de cadeiras comuns a várias licenciaturas, no plano de Delfim, teríamos: epistemologia, matemáticas gerais, teoria da experiência física e química, biologia, sociologia, psicologia, estética, ética, política, metafísica, hierologia, teoria do conhecimento, teoria do discurso (lógica e gramática), história geral da filosofia, filosofia hindu, filosofia helénica, filosofia cristã, filosofia árabe, filosofia moderna e, claro, filosofia contemporânea.

O que mostra que a defesa da reforma feita por Delfim Santos é, no seu *ideário essencial*, a defesa do modelo institucional propugnado pelo Decreto que instituiu a reforma da filosofia universitária, em parte concretizado na fundação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

No entanto as coisas não foram fáceis nem pacíficas.

As nomeações feitas pelo ministro redundaram numa violenta reacção por parte dos professores da Faculdade de Coimbra, a maioria dos quais consideraram inadmissível não terem sido consultados nas nomeações, expressando-o através de uma representação de protesto.

Em resposta o Governo de Leonardo Coimbra decreta a desanexação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e sua anexação ao Porto, onde passam a ficar colocados os dois noveis professores.

Coimbra desencadeia então uma vasta campanha contra as medidas tomadas tanto no plano político institucional como na Imprensa, levando o assunto ao parlamento e ao recuo do novo governo que entretanto iniciava funções.

A desanexação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi revogada, mantendo-se não só a de Coimbra e a de Lisboa, como a recém-constituída no Porto, em resposta também, de resto, a uma velha reivindicação, para onde Newton de Macedo e Pinheiro dos Santos, que haviam tomado posse em Coimbra por procuração, são transferidos, conquanto que o segundo, eleito deputado, na prática, nunca viria a exercer as funções docentes no Porto.

O Grupo docente de Filosofia da Quinta Amarela (denominação familiar da FLUP) fica pois constituído na prática por Leonardo Coimbra e Newton de Macedo, tendo ficado para a história, o lugar do segundo como uma espécie de braço direito do primeiro, o que, sem ser desprimoroso, é redutor de uma personalidade diferente da de Leonardo Coimbra, e que vinda embora de um caldo afim de leituras e preocupações, desenvolve um pensamento autónomo por caminhos específicos, demarcável a diversos títulos do pensamento do tribuno-filósofo da Lixa. E sobretudo tem permitido até agora um ensombramento da obra de Newton de Macedo que urge iluminar, o que acontecerá certamente uma vez que surja, à luz do dia, uma edição da obra completa do pensador lisboeta da Escola do Porto.

No referente à reforma do ensino filosófico superior, no entanto, com a cessação de funções do governo de Leonardo Coimbra, a regulamentação necessária ao incremento do referido decreto nunca chegou a efectuar-se, gorando-se a criação da disciplina de sociologia no curso superior de “ciências filosóficas”.

Contudo a sua presença tem um peso significativo na reflexão filosófica pluridisciplinar de Newton de Macedo, mais do que na de Leonardo Coimbra que se orienta para a especulação metafísica, encarada por Newton com abertura, mas também com o cepticismo de a considerar com a validade restrita à hipótese que não é contrariada pela ciência.

Logo em 1920, Newton de Macedo abre para a RFLUP⁴, com uma reflexão sobre os factos e as teorias sociais, introduzida por um artigo de uma das jóias desenterradas pelo pós-modernismo aos fins dos anos 80, nem mais nem menos que George Simmel, na revista tetralingue “Scientia”, intitulado “Quelques considérations sur la philosophie de l’histoire”, destacando a afirmação do pensador berlinense de que “o problema fundamental da filosofia da história consiste em explicar como os factos reais acabam por formar a imagem científica que nós chamamos a história”⁵.

Com efeito, para Newton, se é necessária a investigação no domínio criteriológico da história ou de qualquer outra ciência, é agora necessário, mais do que isso, a montante, analisar as condições lógicas em que o facto histórico, por um lado, é elaborado, por outro, se impõe enquanto tal.

⁴ No texto, referiremos com a sigla RFLUP a *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*.

⁵ Simmel, Georg - *Scientia*, Londres, Bologne, Paris, Leipzig. Vol. VI, 3º Ano, nº XII-4 (1909). In Macedo, Newton - Factos e teorias históricas (sociais). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto. Nº 1-2 (1920), p. 64.

O que caracteriza uma ciência não é a delimitação particular dos fenómenos a estudar, como aponta o pretense “realismo criteriológico”, mas os “conceitos estruturais” em que se fundam, expressando afinal as diferentes perspectivas conceptuais com que se parte para a análise de uma mesma fenomenalidade⁶.

A condição primária para a criação de uma ciência é a criação de uma “nova atitude mental que enfrente a fenomenalidade numa nova perspectiva em relação a qualquer das ciências já constituídas”, uma novel existência autónoma que se reflectirá, conforme os três elementos característicos do conhecimento científico, em factos, em leis que os expliquem e em teorias gerais que as unifiquem⁷.

Seria um erro também, deixar os diversos aspectos da realidade fragmentarem-se em unidades autónomas e desligadas que, afinal, coincidem em uma só, sendo necessário, ao mesmo tempo que se opera a dispersão conceptual dos diferentes pontos de vista na abordagem da realidade, desenvolver o trabalho de unificação e síntese do conhecimento científico⁸, tal como proceder, na mesma preocupação totalizante, à unificação triádica da ciência, da arte e da finalidade moral que, podemos antecipar, do ponto de vista de Newton, pertence inexoravelmente à filosofia⁹.

Ora em história, encarada enquanto ciência dos factos históricos, os três referidos elementos científicos aparecem em termos confusos, vagos, incertos e incompatíveis com qualquer hierarquização.

Só é possível a filosofia de um qualquer campo da realidade, nomeadamente, a filosofia da história, quando o terreno estiver preparado pelo “arado do conhecimento científico”, o que, no caso, não acontece, uma vez que sempre que a filosofia da história se pretende apresentar com autonomia não logra mais do que divagar, ou seja não dispõe de edificado construído para unificar e sobre que se debruçar¹⁰.

No entanto, para Newton, a filosofia não se limita a ser apenas um topo do conhecimento onde, com a metafísica, se gizam as conclusões últimas ou as fundamentações primeiras. Ela é também crítica do conhecimento, epistemologia, podendo pois, por aí, conceber-se uma filosofia da história que tem como função “a

⁶ Macedo, Newton – Factos e teorias históricas (sociais). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto. Nº 1-2 (1920), p. 64.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 65.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ Macedo, Newton – *Introdução à Filosofia*, p. 169-169.

¹⁰ Macedo, Newton – Factos e teorias históricas (sociais). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto. Nº 1-2 (1920), p. 67.

análise das condições lógicas, apriorísticas, do pensamento na elaboração do facto histórico”¹¹.

Mas se enquanto com as outras ciências, geralmente, a crítica segue-se à investigação, aquela não dependendo desta pelo menos no início, no caso da história acontece o contrário:

Assiste-se, entende o pensador da Escola Portuense, ao “espectáculo duma ciência” (será que o é?) que procura afirmar-se com uma função construtiva, através da acumulação de factos, leis e teorias, mas, antes de tudo, através da credibilidade que a crítica do conhecimento, ou seja a reflexão epistemológica, enquanto tal, lhe consiga fornecer¹².

Maugrado o seu carácter excepcional no mundo científico, é este o sentido que Newton de Macedo atribui à asserção citada de Georg Simmel, em favor da legitimidade de a filosofia da história se dever exercer sobretudo enquanto “crítica das condições apriorísticas” da imagem-facto ou da imagem do facto histórico¹³.

Uma função construtiva para a filosofia da história só teria conteúdo uma vez que a história atingisse uma fase de maturidade em que fosse capaz de se apresentar com um sistema de leis que justificasse o esforço unificador. O que não aconteceria.

Mas a atitude peculiar da história de encarar a realidade, implicará a sua exclusão ou ilegitimação de ser considerada ciência?

Enquanto ciência do espírito a história afasta-se das outras ciências não só na individualidade de que não pode prescindir ao encarar a realidade, como ainda no cerne nuclear da estrutura lógica que caracteriza as outras ciências¹⁴.

O pensamento movido por leis caracterizado pelas categorias do universal e do necessário exclui, com efeito, as do particular e do contingente de que a história não pode nem deve prescindir¹⁵.

Do ponto de vista do filósofo lisboeta instalado no Porto, isto não quer dizer que se deva rejeitar *a priori* a possibilidade de uma racionalidade científica da

¹¹ Idem, ibidem.

¹² Idem, ibidem.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 68

¹⁵ Idem, ibidem

realidade histórica, uma vez que a causalidade natural é apenas uma e só uma das formas de determinismo¹⁶.

Não há apenas a racionalização científica típica das chamadas ciências da natureza. Se aceitássemos tal exclusividade estaríamos a cair num realismo lógico incompatível com o carácter funcional, activo e criativo das categorias do pensamento.

Nem vamos atentar em qualquer dicotomia no pensamento científico que coloque de um lado, as ciências do universal e do constante, como sendo as da natureza, e de outro, as do particular e do variável, como sendo as da história¹⁷.

Admitindo a história como produto do pensamento científico, e pondo de parte as dificuldades criteriológicas duma ciência do variável, coloca-se antes de mais a determinação dos factos sobre que a história se debruça¹⁸.

Será a história a ciência dos factos históricos? Que seria isto mais do que uma tautologia? Só seriam históricos os factos assim considerados pela história, uma vez que um facto científico não é algo que se impõe ao espírito, pelo contrário, é um conceito que implica uma elaboração, por vezes intensa.

Nem é, para o filósofo e historiador, uma tautologia de onde se possa sair facilmente, pois não é tão fácil como por vezes se afirma, encontrar características que nos permitam distinguir os factos históricos dos não históricos.

Ouve-se afirmar que são históricos os que de algum modo contribuem para o progresso de um povo. Vamos de mal a pior, pois o conceito de progresso é tão vago e susceptível de interpretações diferentes, que não dispõe de quaisquer condições para ser utilizado como meio de valorização histórica.

Se atentarmos em outras definições já imbuidas de maior espírito crítico, mantemo-nos ainda no campo de uma grande incerteza, por causa do peso do subjectivismo na avaliação do que possa ser um facto histórico.

Newton cita a definição de Alfred Croiset, especialista em história helénica, de que dispunha na Biblioteca da FLUP “*Les Démocraties antiques*”, numa edição desse mesmo ano de 1920¹⁹, em que o historiador positivista define a história como “uma semi-ciência em que a arte se faz representar na exposição,

¹⁶ Idem, *ibidem*

¹⁷ Idem, *ibidem*

¹⁸ Idem, *ibidem*

¹⁹ Croiset, Alfred - *Les Démocraties antiques*. Paris: Ernest Flammarion, 1920

na procura da verdade e na inteligência das relações entre os factos” denotando a inexistência de um critério objectivo que, na realidade social, nos permita discernir o que sejam factos históricos ou não-históricos²⁰.

Do ponto de vista do pensador e professor desta Casa, o dinamismo do pensamento histórico tende para um limite que é a sociologia, ou seja, nas suas palavras, “os conceitos históricos, na revisão constante em compreensão e extensão a que a investigação os sujeita, tendem a transformar-se em conceitos sociológicos”²¹.

Utilizando o kantiano conceito-limite da “Crítica da Razão Pura”, o *grenzbegriff*, Newton considera que a história enquanto ciência tende a evoluir do nível da historiografia para um outro superior, o nível da sociologia, devendo pois os factos históricos serem inseridos na categoria mais vasta dos factos sociais.

É neste contexto, que Newton se refere ao ponto de vista de Vieira de Almeida, expresso num texto saído em francês no ano anterior, que considera o mundo da acção como o objecto da história, para reforçar a sua própria concepção. “L’histoire laissait derrière elle un résidu concret de vastes matériaux de l’action qui est son contenu principal”²². Assim sendo, se o objecto da história é o mundo da acção, esta só pode ser explicada “em plena realidade social”²³. Concomitantemente, vindo da história e da inteligibilidade social do facto histórico, Newton de Macedo vai debruçar-se sobre a investigação sociológica.

Considera que ocorreu com a investigação sociológica o mesmo que nos outros processos de conhecimento da realidade: antes de dispor de uma atitude particular e que a particularizasse, constituída por métodos e por uma causalidade própria, teve de recorrer à atitude das outras ciências já constituídas.

Trata-se da fase imitativa que precede aquela em que o pensamento científico se autonomiza num processo de “elaboração característica”, o que acontece na investigação sociológica, como em qualquer outro ramo do saber, mormente no campo da psicologia²⁴ que haveria de ocupar Newton, tanto no início como no término da sua carreira de professor universitário²⁵.

²⁰ Macedo, Newton - Ob. cit., p. 69.

²¹ Idem, *ibidem*.

²² Almeida, Vieira de - *Théorie de l’histoire*. In *Obra Filosófica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986. Vol 1, p. 201.

²³ Macedo, Newton - Ob. cit., p.69.

²⁴ Macedo, Francisco Newton - *Aspectos do problema psicológico*. Lisboa: Livraria Féria, 1919.

²⁵ Newton de Macedo publicaria já depois do encerramento da Faculdade de Letras do Porto e enquanto bolseiro da Junta de Educação Nacional, *As Novas tendências da psicologia*

E sempre que o pensamento científico, não logra constituir uma nova atitude específica para uma nova ciência, trata de o encapotar com a aplicação de um pretenso rigorismo pertencente às outras ciências.

Assim, para Newton, foram três as etapas calcorreadas pelos que pretenderam descobrir as leis que regeriam as teorias capazes de explicar os factos sociais:

Uma primeira, caracterizada pela vaguidade de uma especulação de tipo metafísico; uma segunda, em que se procura entrosar, entre modelos científicos já constituídos, “a complexidade do novo domínio a explorar”; finalmente uma terceira, mais madura, e que se pretende assumir, em que se procura encarar de frente a complexidade de um campo novo, sem a deturpar com exigências importadas de ciências estranhas, nas palavras do pensador, “sem a sacrificar no altar do rigorismo”²⁶.

É com esse propósito que Newton de Macedo traduz e transcreve o esquema apresentado por Vieira de Almeida na obra já referida²⁷, com os tipos de causalidade histórica que corroborariam a existência das três fases de investigação por si mencionadas.

Vieira de Almeida, por sua vez, considera que no estudo da história tem sido aceite uma ordem de causas intra-histórica que representa uma causalidade limitada, meramente imediata, incapaz de uma explicação genética, ou seja impotente para acompanhar o dinamismo social, e uma segunda ordem de causas, de carácter extra-histórico, com a vantagem de ser mais lata, mas ainda assim insuficiente, por carência de uma carácter específico.

Em seguida Vieira de Almeida divide a causalidade histórica em dois grande grupos:

A abstracta que abarca as causas imanentes e se exprime através da metafísica e do finalismo histórico; e a concreta que abarca as causas reais, dividindo-se entre forma intuitiva (a da contingência) e a científica (a da necessidade).

A forma intuitiva, portanto a da contingência, quando incide numa perspectiva extra-humana, produz as doutrinas do acaso; quando se fica por uma perspectiva humana avança para as da individualidade.

experimental – A teoria da forma, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, obra que é considerada a introdutora da Gestalt entre nós e se mantém como principal obra de referência, a esse propósito, ainda pelos anos 50. Obra que, a par da anteriormente citada, carece de trabalho de investigação, tendo esta nota, na intenção do autor, o sentido de um desafio.

²⁶ Macedo, Newton - Factos e teorias históricas (sociais). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto. N° 1-2 (1920), p. 70.

²⁷ Almeida, Vieira de - Ob. cit., p. 203 e 204.

Já a forma científica da causalidade histórica concreta, sendo a que evoluiu na necessidade, quando se alinha na perspectiva extra-humana, redonda nas doutrinas do meio, enquanto quando se restringe a uma perspectiva meramente humana produz doutrinas como as da raça, do contrato, etc...²⁸

Como já referimos, neste esquema, Newton descortina três grupos de teorias, que correspondem a três tipos de causalidade e às três fases de investigação.

No primeiro grupo, correspondente a uma causalidade metafísica e a um finalismo histórico, ficam todas as teses que levitam no domínio da filosofia da história, fruto dum subjectivismo sem critério que se baseie nas aquisições estáveis da ciência.

No segundo grupo, que corresponde à fase imitativa, ficam as teorias que tomando a metodologia e causalidade das outras ciências, não logram elaborar uma causalidade específica.

O terceiro grupo definido por Vieira de Almeida, obtendo essa condição indispensável para ser ciência autónoma - a causalidade específica, representa pois, para Newton, a “passagem à fase de elaboração característica, procurando explicar os factos históricos, e portanto sociais, não em função de outros factos de outras ordens, mas mantendo sempre a investigação no “campo da fenomenalidade a estudar”²⁹.

Processo semelhante ao ocorrido com a psicologia que se manteve submersa em profunda crise enquanto esteve dominada pela confusão entre “uma atitude científica universal” e uma “ciência-tipo universal” a cujos métodos e leis se modelassem os diversos domínios da experiência³⁰.

Newton dedica-se a criticar uma a uma, e ponto por ponto, as teorias agrupadas entre as que consideram os fenómenos sociais função de fenómenos de natureza diferente, baseando-se num esquema traçado por um tal Meunier, autor de um estudo intitulado “Sociologia francesa contemporânea” que, no entanto, nem identifica melhor, nem nós conseguimos, por enquanto, identificar.

Critica as teorias que apresentam relações de analogia ou de identidade com a Física, ou seja a Mecânica social pensada por Descartes, o critério geométrico de que a “Ética” de Espinoza e obras como a “Física dos costumes” seriam o

²⁸ Macedo, Newton - Ob. cit. p. 71.

²⁹ Macedo, Newton - Ob. cit. p. 71 e 72.

³⁰ Macedo, Newton - *A Crise moral e a acção pedagógica*. Lisboa: Universidade de Lisboa-Escola Normal Superior, 1917, p. 14.

exemplo; as que se identificam com a biologia com origem nos fisiocratas franceses, engendrando o organicismo social de que obras como a de Petty, intitulada a “Anatomia política da Irlanda”, de Bordier, a “Vida das Sociedades”, ou de Worms, “Organismo e Sociedade” seriam, só pelos títulos, paradigmas; também o psiquismo social, que parte da asserção, que Newton considera irrefutável, de que os indivíduos, pelo simples contacto social, modificam a mentalidade específica que, por sua vez, vai actuar sobre a psicologia dos indivíduos que a criaram, levando a que Fouillée tenha rectificado Descartes substituindo o *cogito ergo sum* por um colectivista *cogito ergo summus*.

Sobre psiquismo social, onde Newton no esquema inspirado por Meunier incluiu Savigni e Durkheim, mas na crítica só cita nomes menores como os de Sergi com a teoria da “receptividade reflexiva” ou Despine com a do “contágio moral”, considera que assenta numa verdade de valor indiscutível mas que se invalida quando minora simplificando a consciência individual, forçando-a a aceitar as leis da psicologia individual, em investigações que, feitas sem preconceitos, levariam à criação de “uniformidades sociais intraduzíveis em termos de psicologia individual”³¹.

Já quanto às teorias que apresentam relações de causalidade, ou seja que não se satisfazendo com meros relacionamentos analógicos com as outras ciências “esgotam o *processus* explicativo com relações causais”, identifica e desenvolve a crítica à sociogeografia, considerando o “híbrido” de procurarem a relação causal não entre a fenomenalidade a estudar mas em domínio estranho³².

Nem se pode cair num exclusivismo extremo, como faz Ellen Semple, ao augurar o pior futuro para os povos com pequeno território... Tal como, com nuances, Ratzel ou Desmolins que, no entanto, já reconhece que o solo só actua sobre o homem através da sociedade...

Similarmente a crítica à antroposociologia do Conde de Gobineau do “Essai sur l’inégalité des races humaines” e de Vacher de Lapouge de “Les selections sociales”, erigindo o conceito de raça em factor único de explicação social, com o domínio dos dolicocefalos louros sobre os braquicefalos e os mestiços, indicadores suficientes para aferir não só o grau de civilização como para prever o seu dinamismo num sentido progressivo ou regressivo. Numa palavra, postulando um fatalismo cefálico onde a sociogeografia postulava um fatalismo geográfico, uns e outros reduzindo a realidade social a epifenómenos³³.

³¹ Macedo, Newton – Factos e teorias históricas (sociais). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto. Nº 1-2 (1920), p. 76.

³² Idem, ibidem.

³³ Idem, ibidem, p. 81.

Finalmente a crítica ao nominalismo social protagonizado sobretudo por Tarde, a corrente que mais se afasta da perspectiva sociológica na medida em que além de procurar fora da realidade social os factores explicativos, nega a própria existência dessa realidade atribuindo-lhe o valor de um mero nome que o espírito assimila. Nos estados sociais só existem as consciências individuais. Sociedade não é mais do que um nome que designa o conjunto de semelhanças mentais existentes entre os indivíduos. Se há semelhanças individuais, ou seja se há fenómeno social, resulta da imitação dos indivíduos pelos seus iguais. A sociologia não será assim mais do que uma secção da psicologia, já que não passa de “um microscópio solar da alma”. Recusa-se pois não a noção de sociedade e de comunicação social como elemento de desenvolvimento da personalidade individual, mas que o resultado dessa comunicação possa ultrapassar os limites da consciência individual, quedando-se no âmbito da psicologia individual³⁴.

Mas, questiona Newton, colocar como condição do desenvolvimento pessoal a comunicação social, não será afirmar “a existência de uma realidade extra-individual? Mesmo que o processo de comunicação seja constituído apenas pela imitação, tal não implicará, por parte do imitador, uma comunhão espiritual com o imitado e portanto uma realidade social, algo de exterior à pessoa individual? Não haverá, nos produtos da imitação que constituem uma realidade inter-psicológica a identificar, também uma “objectividade sociológica”, quando aparecem “sistemizados em organizações estáveis” como a linguagem ou o direito, que exerce sobre a consciência individual a coerção durkheimiana?³⁵

Tarde acusa Durkheim de escolasticismo mas para Newton o apodo assentaria melhor no próprio Tarde uma vez que ao afirmar a realidade dos estados sociais exteriores às manifestações individuais, a sociologia está a afirmar a sua objectividade e não qualquer realidade metafísica, de tipo noumenal; será Tarde a cair em escolasticismo ao considerar a objectividade em sentido extra-mental e não em sentido extra-individual, como quer sempre significar o termo objectivo, ou seja enquanto “património de uma pluralidade das consciências”³⁶.

Émile Durkheim é a principal referência positiva (que não positivista) do tentame sociológico de Newton de Macedo. À altura da redacção dos seus artigos para a RFLUP, ou seja entre 1920 e 1923, Newton dispunha na sua Biblioteca na Quinta Amarela da Rua Oliveira Monteiro, hoje o nosso Fundo Primitivo, pelo menos do “De la division sociale du travail” na edição de 1902 e de “Les formes élémentaires de la vie religieuse” na edição de 1912.

No artigo da RFLUP intitulado “Crise Económica e crise social” de 1923, em resposta à “tese” posta a correr da diminuição da produtividade no pós-guerra

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 84

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 85.

por acto deliberado dos trabalhadores e das suas organizações, cozinhando a reacção europeia que teria esse ano a sua primeira grande vitória com a ascensão de Mussolini ao poder, analisa o sentido do trabalho considerando que, em última análise, “trabalhar menos” pode não ser senão “trabalhar em sentido diferente”, pois se os indicadores da produção económica têm surgido, nos últimos anos, numa permanente descida, isso não quer dizer que tenha diminuído a “actividade colectiva”.

Se não se entender o “trabalho” num sentido meramente técnico, poderemos até colocar a hipótese de que “os esforços das classes produtoras se tenham hipertrofiado na ânsia de encontrar, para além dos quadros sociais existentes, novas condições de trabalho que satisfaçam a nova mentalidade” sendo, nesse caso, o “deficit da produção” “resultante da resistência passiva contra condições de trabalho indiferentes ou hostis” ou ainda resultante das “hesitações naturais” face à imposição violenta de novas tecnologias económicas³⁷.

As classes trabalhadoras ansiariam pois, na perspectiva newtoniana, por melhores condições de trabalho e por um novo quadro social em que se inserisse o trabalho produtivo. E a verdade é que as actividades extra-laborais dos trabalhadores portugueses, nos seus esforços de auto-organização civil eram intensíssimos, como nos podemos aperceber pelos indicadores da actividade mutualista, associativista, cooperativista, sindicalista, política, literária e cultural, e pela enorme difusão da Imprensa operária de que é um exemplo “A Batalha” da CGT. Se para o Karl Marx, que o bolchevismo fez seu inspirador, a crise surgia pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, em determinado momento, para Newton, no mínimo, os trabalhadores portugueses não dispunham do quadro social adequado para canalizarem a sua “hipertrofia” laboral para a produção.

Perspectiva que se confirma na realidade factual se atentarmos também, para além das greves e das movimentações de rua num período difícil, no “crescimento fulgurante” das votações nos socialistas com a triplicação dos votos e a eleição de 8 deputados, a avisar os governos republicanos que deveriam ceder muito mais se quisessem evitar uma radicalização do combate social e político em torno da linha anarco-sindicalista da União Operária Nacional³⁸.

Aliás Newton utiliza uma analogia entre a relação do dirigente ou possidente com os operários, e a relação dos professores com os alunos. Mal estará aquele

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 424.

³⁸ Telo, António José - *Decadência e queda da I República portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições, 1980. Vol.I, p. 146.

professor que vir na cabulice, unicamente um sinal de preguiça mental do aluno e não vislumbrar aí sobretudo o desinteresse, sendo o interesse a base psicológica de todo o ensino. Ou seja, a motivação. Até porque, muitas vezes, para manter a cabulice, o aluno tem de trabalhar mais do que se estudasse normalmente. Não há pois uma questão de preguiça. Tal como o que se passaria na produção seria também a desmotivação dos trabalhadores na produção pelos mais diversos motivos, o que, no entanto, não ocorre quanto ao conjunto das actividades colectivas exercidas.

Só numa sociedade ideal, em que “a utilidade” individual coincidissem com a “utilidade” do todo colectivo, é que encontraríamos uma similitude entre a “actividade colectiva” e a “produção económica”. Seria preciso que a “actividade colectiva” fosse a soma “sinérgica” das “actividades individuais” o que só é possível com um “freio moral” que domine e harmonize os egoísmos individuais, ou seja, com uma forte “consciência colectiva”. De outra forma, os egoísmos individuais desenfreados, manifestando-se antagónicos, e sendo por natureza “expansivos e absorventes”, serão a “negação da vida social”³⁹.

Newton rejeita o “cientismo simplificador” e o “colorido pseudo-científico” de Le Dantec⁴⁰, acusando-o de não encontrar melhor que a “velha solução do contrato” para resolver o problema da origem da vida social, quando a sociologia e antropologia contemporâneas mostram que a individualidade psicológica tem tanto menos peso quanto mais atrás formos de encontro às formas primitivas de vida social⁴¹.

“Modernas investigações sociológicas”⁴² que permitem ao que designa de “psicologia étnica contemporânea”⁴³ formular a “teoria das representações

³⁹ Macedo, Newton de - Ob. cit., p. 425.

⁴⁰ Félix Alexandre Le Dantec (1869-1917), biólogo, professor na Faculdade de Ciências de Paris, a quem é associado a utilização do termo “cientismo”, enquanto espécie de crença consistindo em projectar na ciência os atributos da religião e em acreditar na capacidade da ciência para resolver todos os problemas do homem. Bibliografia: *Évolution individuelle et heridarité*, 1898; *Les influences ancestrales*, 1904; *De l' homme à la science*, 1907; *La lutte universelle*, 1908; *Qu 'est-ce que la science? Définition de la science: les appareils de mesure*, 1910; *La crise du transformisme*, 1910; *La mécanique de la vie*, 1913.

⁴¹ Macedo, Newton de - Ob. cit., p. 425.

⁴² Newton referir-se-á sobretudo ao sociólogo, antropólogo e filósofo francês Émile Durkheim (1857-1917) de que cita, neste passo, *La Division du travail social*, 1893.

⁴³ A psicologia étnica, termo que terá sido originariamente utilizado pelo médico e antropólogo italiano Paolo Mantegazzi (1831-1910), considerada por W. Wundt como uma *Völkerpsychologie* (1913), é indissociável da psicologia fisiológica, ambas constituindo, para o filósofo-psicólogo alemão, estruturas axiais da psicologia experimental. Só a psicologia étnica, entendida por Wundt como uma sociopsicologia, garante a consideração do factor da inserção social e de todo o seu imaginário transcendental na vida psíquica dos seres individuais.

colectivas”⁴⁴, que se centrará numa individualidade resultante da “homogeneidade colectiva”, partindo-se pois da colectividade para o indivíduo e não ao contrário⁴⁵.

No entanto, o próprio Newton, em *A Crise moral e a acção pedagógica* (1917), refere que os discípulos de J.F.Herbert (1776-1841), nomeadamente Heymann Steinthal (1823-1899), lançaram as bases da *Völkerpsychologie*, esclarecendo que esta tem por objecto não o “indivíduo isolado mas a mentalidade *sui generis* do indivíduo em sociedade” que tem como constituintes “a linguagem, a mitologia, a religião, o culto, a poesia popular, a escrita como base da consciência histórica, a arte, a vida prática, os costumes, a lei escrita, a vida familiar, e a acção recíproca dessas diversas manifestações” (p.12 e 13).

Entre nós a busca de uma psicologia étnica, genericamente estudando os resíduos comuns ao pensamento de qualquer considerada “raça” ou “etnia”, que considerasse o imaginário nacional português, afirma-se, pelo menos, desde Adolfo Coelho (1874-1919), interessado num diagnóstico clínico da degenerescência portuguesa, entendida como uma espécie de doença étnica e como tal susceptível de terapêutica curativa. O poveiro Rocha Peixoto agravou a visão do português doente, senão moribundo, com a publicação em 1897 de *O Cruel e triste fado*. Na mesma busca de uma psicologia étnica, embora noutra perspectiva, poderemos inserir Pascoas com a *Arte de ser português*. O desiderato da psicologia étnica veio a alargar-se durante o Século XX pelo folclore, a etnografia ou a antropologia, quer com as tentativas do Estado Novo de sua utilização para afirmação de identidade nacional a seu talento, quer precisamente com o surgimento de um contra-discurso ao oficial sobretudo através do antropólogo Jorge Dias.

Marco indelével da “psicologia étnica” entre nós é indubitavelmente o conceito de lusotropicalismo iniciado por Gilberto Freire hoje colocado como uma opção sobretudo no estudo comparado dos colonialismos que, no entanto, como afirma Miguel Vaz de Almeida, beneficiou de “uma feliz coincidência entre a proposta gilbertiana e algo que em Portugal já funcionava como auto-representação (*Um Mar da cor da Terra: raça cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta, 2000, p.176).

⁴⁴ Para Durkheim há na dualidade do “homo duplex”, por um lado, a individualidade fundada no corpo, por outro, tudo o que em nós exprime para lá de nós mesmos, ou seja, os estados mentais que incarnam ideias colectivas provenientes da sociedade que penetram nas consciências individuais de cada um de nós, atrelando-nos, no entanto, sempre, a algo que nos supera.

Só a sociedade é fonte de humanidade e permite a superação da condição humana na individualidade orgânica ou biológica, passando para uma personalidade propriamente dita, ou seja, detentora de uma consciência moral e de um pensamento lógico. Só através da sociedade o homem se tornando uma realidade humana, com Durkheim, a sociedade é transcendente ao indivíduo mas é imanente ao homem.

A Teoria das Representações Colectivas surge na última das grandes obras de Émile Durkheim, *As Formas elementares da vida religiosa* publicada em 1912, constituindo a ultrapassagem do conceito de “consciência colectiva” insito em *Da Divisão do trabalho social*, 1893, para o novel conceito de “representação colectiva” enquanto chave analítica da sociologia:

“Os conceitos são representações colectivas” “comuns a um grupo social” mas “não representando uma simples média entre as representações individuais correspondentes, pois, nesse caso, seriam mais pobres que estas últimas em conteúdo intelectual, ao passo que, na realidade, estão cheios de um saber que ultrapassa o do indivíduo médio” (Durkheim, Émile - *As Formas elementares da vida religiosa*. Oeiras: Celta, 2002, p.441)

A partir do totemismo, Durkheim pôde explicitar a tese de que um fenómeno social só se realiza na encarnação de um símbolo, no caso um símbolo religioso e colectivo, tornando-se o fundamento conceptual e totalizante de toda a representação.

Pela síntese colectiva, um objecto individual torna-se comunicável, como tal universalizável e capaz de incidir sobre qualquer consciência individual. É o caso da língua, produto de elaboração colectiva, e de toda a espiritualidade que se eleva muito acima da soma das individualidades e que Durkheim designa por hiper-espiritualidade.

⁴⁵ Macedo, Newton de - Ob. cit., p. 425.

O professor da Quinta Amarela já havia estudado o tema para a sua Dissertação de 1917, nomeadamente quando se debruçara, sobre a “acção do meio físico” sobre o comportamento social dos povos designada por “sociogeografia” e sobretudo sobre a “antropogeografia”⁴⁶ que, como já vimos, considera a “raça”, para uns, como causa, para outros, como efeito, da “diversidade social”⁴⁷.

Mas além dos que colocam os “caracteres raciais”, nomeadamente o “índice cefálico”, como determinantes sociais, Newton cita, os que, como Novicow⁴⁸, defendem a “igualdade virtual das raças”, como Durkheim que rejeita ter conhecido qualquer fenómeno social dependente da raça ou Fouillée⁴⁹ que sublinha “a incerteza dos dados antropológicos”⁵⁰.

Tão-pouco Newton, embora se debruce sobre o “bolchevismo”, deixa de se demarcar do materialismo histórico enfrentando o que considera os pontos de vista de Marx e Engels.

Para Newton é “incontestável” “a preponderância do factor económico”, mas deve ser classificada de abuso a elevação feita por Karl e Friedrich desse factor à categoria de “factor único de explicação”, tal “como a antropogeografia eleva a raça e a sociogeografia o meio físico. Para Marx e Engels, na leitura de Newton, toda a supra-estrutura da sociedade se reduziria a “epifenómenos sociais”⁵¹.

É uma leitura corrente do marxismo, mas parte de uma versão de vulgata, ou de uma visão simplista da responsabilidade do próprio leitor, ora por precipitada superficialidade, ora por não ir, ou não poder ir, às fontes. Contextualiza-se, de resto, numa longa e ancestral discussão pois, como se sabe, tal leitura de um materialismo mecânico e unilateral, onde Marx e Engels pretenderam inserir

⁴⁶ Durante a segunda metade do Século XIX, o norte-americano Alfred Thoyer Mahan (1840-1914) e o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), entre outros, consideraram que as características geográficas, tais como a posição e a relação entre o comprimento da costa e a superfície do país, foram determinantes para a definição da “natureza” dos países, nomeadamente para a sua definição como potências marítimas ou continentais.

⁴⁷ Macedo, Newton de, *Crise moral e acção pedagógica*, p. 17.

⁴⁸ Jacques Novicow (1849/1912), embora considere exagerada a posição de Durkheim, afirma sem hesitações que a raça, tal como a espécie, não passa, até certo ponto, de uma categoria subjectiva do nosso espírito, sem realidade exterior; tal como assegura que as pretensas incapacidades de amarelos e de negros não passam de quimeras de espíritos doentios. Na Biblioteca Primitiva da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de Novicow, Newton dispunha, pelo menos, de *Conscience et volonté sociales*, 1897.

⁴⁹ Alfred Fouillée (1838/1812) tio e padrao de J.-M. Guyau, professor, filósofo e sociólogo. Na Biblioteca Primitiva da Faculdade de Letras da Universidade do Porto permanecem as suas obras *La conception morale et civique de l'enseignement* (1910) e *Descartes* (1919).

⁵⁰ Macedo, Newton de - Ob. cit., ps.16 e 17.

⁵¹ Idem, ibidem, p. 17

uma dialéctica materialista, é contestado explicitamente pelo próprio Engels, aquando, da famosa carta a Joseph Bloch, enviada de Londres a 22 de Setembro de 1890⁵².

Aliás, num passo seguinte, Newton verbera, mesmo com algum escândalo, o facto de Engels reconhecer a capacidade de “desenvolvimento autónomo” a “factores ideológicos”, embora anteriormente tenha verberado Marx e Engels por erigirem o factor económico a “factor único de explicação” o que, se mostra o conhecimento pelo menos ligeiro do que antes parecia desconhecer, mostra uma rejeição radical da ideia axial de “um grupo infinito de paralelogramos de forças” expressa por Engels na referida carta⁵³.

A polémica tem continuado até aos nossos dias, com numerosos intervenientes, ora repetindo as leituras simplistas, entre as quais as de alguns “marxistas”, ora em defesa dos pontos de vista de Marx e Engels expressos na carta a Bloch, entre os quais se encontra Gramsci⁵⁴, pelo menos desde os anos 30, e sobretudo Althusser⁵⁵, já nos anos 60.

⁵² “De acordo com a concepção materialista da história, o factor determinante na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu, alguma vez afirmamos senão isto. Se alguém desnatura esta posição, no sentido de ser o factor económico o *único* determinante, transforma-a numa frase vazia, abstracta, inútil. A situação económica é a base, mas os diversos elementos da supra-estrutura: as formas políticas da luta de classes e os seus resultados – as Constituições estabelecidas pela classe vitoriosa, etc., - as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais no cérebro dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas e o seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos, exercem igualmente a sua acção sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de forma preponderante a *forma*. Há uma interacção de todos estes factores no seio da qual o movimento económico acaba por abrir caminho como uma necessidade, entre uma multitude infinita de contingências...” Fazemos a história por nós próprios mas com premissas e em condições económicas bem determinadas. Entre todas, no fim, são as condições económicas as determinantes. Mas as condições políticas, etc., mesmo a tradição que marca o cérebro dos homens, desempenham um papel, se bem que não decisivo”... “A história processa-se de tal maneira que o resultado final decorre sempre de um grande número de vontades individuais, em que, por sua vez, cada uma delas resulta de uma enorme quantidade de condições particulares de existência; há pois forças inumeráveis que se opõem, um grupo infinito de paralelogramos de forças donde decorre uma resultante – o acontecimento histórico – que pode ser visto, por sua vez, como o produto de uma força agindo como um todo de forma *inconsciente* e cega”... Marx e eu, somos parcialmente os culpados pelo facto de, por vezes, os jovens darem mais peso que o devido à parte económica. Face aos nossos adversários somos obrigados a sublinhar o princípio essencial que eles negam e nem sempre encontramos tempo, lugar e ocasião para colocar no devido lugar os outros factores que participam na acção recíproca...” “Infelizmente, considera-se demasiadas vezes ter-se compreendido perfeitamente uma nova teoria e podê-la manusear sem dificuldades, logo que apropriados os princípios essenciais, e isso nem sempre é exacto. Não posso deixar de o apontar a um dos nossos recentes “marxistas” e dizer também que se fazem coisas espantosas...” Friedrich Engels, Carta a J. Bloch de 22 de Setembro de 1890, in Marx-Engels. *Œuvres choisies*. Moscou: Éditions du Progrès, Tome III, 1970, p. 518 a 520 (nossa adaptação do francês).

⁵³ Macedo, Newton de - Ob.cit., p. 17 e 18

⁵⁴ António Gramsci (1891-1937). Numa carta a Tatiana remetida da Penitenciária de Turim, no 1º de Dezembro de 1930, o filósofo marxista italiano e ex-deputado comunista, então encarcerado

Da exposição de Newton, resulta claro que, entre as ciências que, pelo seu desenvolvimento, durante o Século XIX, se autonomizaram das ciências físicas, como a psicologia e a sociologia, houve um completo insucesso das tentativas de as submeter ao modelo único de uma “ciência-tipo”, dando para perceber que a abordagem científica da vida espiritual, quer numa perspectiva do indivíduo, quer mirando o colectivo, resiste pela sua “substantividade” às analogias de fundo com qualquer “determinismo das ciências da natureza”⁵⁶.

Mas o que importa para o cerne do binómio “individual/colectivo” é que a sociabilidade colectiva, em Newton de Macedo, nem se obtém por uma junção

nas enxovias mussolinistas, pronuncia-se criticamente, sobre uma nova posição de Benedetto Croce, em polémica com o russo Lunatcharsky, “completamente diferente da que tinha há anos” em que Croce considera que “o materialismo histórico assinala um retorno ao velho teologismo... medieval e à filosofia pré-kantiana e pré-cartesiana”. Gramsci afirma que “pode-se, por certo, demonstrar que muitos dos chamados teóricos do materialismo histórico caíram numa posição filosófica semelhante à do teologismo medieval, e fizeram da *estrutura económica* uma espécie de *deus desconhecido*; mas, que significado teria isto? Seria como se quiséssemos julgar a religião do papa e dos jesuítas falando das superstições dos camponeses de Bergamo. A posição de Croce face ao materialismo histórico parece-me semelhante à do homem do Renascimento em relação à Reforma luterana: *onde entra Lutero, desaparece a civilização*, dizia Erasmo, e no entanto, os historiadores e o próprio Croce reconhecem hoje que Lutero e a Reforma foram o início de toda a filosofia e civilização modernas, compreendida a filosofia de Croce” (Gramsci, António. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 177 e 178)

⁵⁵ Assumindo retomar e prolongar em França o esforço teórico único de Gramsci, Louis Althusser (1918-1990), estuda minuciosamente a carta de Engels a Bloch de 1890, sublinhando a “ruptura” da “nova concepção” marxista para com a fenomenologia hegeliana, o aparecimento de uma “nova relação” em “termos novos” e o conceito de determinação da produção económica “em última instância”, a “longo prazo” do “curso da história” que “abre caminho através do mundo das formas múltiplas da superestrutura, das tradições locais e das circunstâncias internacionais” (Althusser, Louis - Contradição e Sobredeterminação (1962) in *Análise crítica da teoria marxista - Pour Marx* na edição francesa original. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 97 e 98).

“A determinação em última instância pelo económico” é, para o pensador francês, uma “acumulação de determinações eficazes” que ele propõe expressar como “contradição sobredeterminada”, e não como uma “contradição pura e simples”, criando assim o conceito de “sobredeterminação” que se torna “inevitável e pensável, desde que se reconheça a existência real, em grande parte específica e autónoma, irreduzível pois a um puro fenómeno, das formas da superestrutura e da conjuntura nacional e internacional”. A contradição “pura e simples” não terá passado de um meio “pedagógico” que, por o ser, não” lhe traça para sempre o destino”, não só porque “as pedagogias mudam” através da história, como porque é altura de “elevar a pedagogia à altura das circunstâncias” ou seja das “necessidades históricas” (Idem, p. 99).

Para Althusser, o conceito de “superação” nada tem a ver com “essa dialéctica do conforto histórico” que será a hegeliana, em que o passado não é “mais do que uma sombra”, mas com a “sobredeterminação de toda a contradição e de todo o elemento constitutivo de uma sociedade que faz: 1) que uma revolução na estrutura não modifica ipso facto repentinamente as superestruturas existentes e, em particular, as ideologias”, “2) que a “nova sociedade, saída da revolução, pode, ao mesmo tempo, pelas próprias formas da sua nova superestrutura, ou pelas circunstâncias específicas (nacionais, internacionais), provocar ela própria a sobrevivência, isto é, a reactivação dos elementos antigos”, “o que “seria inconcebível numa dialéctica desprovida de sobredeterminação” (Idem, p. 102).

⁵⁶ Macedo, Newton de - Ob.cit, p. 19.

de egoísmos, nem pela sua abdicação por parte de um “homem natural” tal como é visto pelo “utópico individualismo anárquico” que, levando ao uso da força violenta, conduziria ao despotismo político tal como a “paz armada” que Hobbes propugna no *Leviatã*⁵⁷.

Newton, mantendo-se na esteira durkheimiana, sobretudo de “Da Divisão Social do Trabalho”⁵⁸, o problema da génese da vida colectiva não tem sentido, pois a sociabilidade é inerente à vida psicológica do homem, pelo que apenas necessita de “um fundo estrutural de instintiva simpatia “que a todos una e faça com que o “todo colectivo” seja algo mais que um “somatório inorgânico”⁵⁹.

Se nos ativermos à vida colectiva mais primitiva não se encontra o indivíduo, mas um todo homogéneo onde todos exprimem pelas diversas linguagens um “sentir, pensar e querer colectivos”, sendo só com a evolução social e com a concomitante diferenciação das funções que o indivíduo vai emergindo⁶⁰.

Tal individualidade emergente, vinda da divisão social do trabalho, se pode pôr em causa a coesão da consciência colectiva, vai, por outro lado, com a diferenciação, provocar novas formas de comunicabilidade e animar a vida espiritual colectiva veiculando-lhes novos elos.

Donde, resolvida em parte a questão do indivíduo e do colectivo, percebendo-se como o primeiro é a expressão criativa do segundo, fazendo-o superar-se a si próprio e dinamizando-lhe a espiritualidade, mormente a moralidade, fica como conclusão definitiva de Newton que a sociedade nem pode ser constituída por “utilitárias abdições de interesses” nem por “interessados equilíbrios de egoísmos”⁶¹.

Será necessário olhar a fundo, antes de seguir superficialidades como as afirmações correntes de que, depois da Guerra, se trabalha menos, sendo tal imaginária preguiça o fator do deficit da economia nacional e do depauperamento da riqueza pública.

Rejeitando uma sociabilidade colectiva explicada com base na abdicação dos egoísmos por parte de um “homem natural”, Newton tão pouco aceitará a

⁵⁷ *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 5-6, 1923, p. 426.

⁵⁸ Em *CMAP*, Newton considera haver “excessos na teoria sociológica do conhecimento de Levy-Bruhl e Durkheim” quando afirmam “o carácter social das próprias normas lógicas fundamentais”, aceitando contudo que “só dentro do ambiente social é possível o desenvolvimento pleno e harmoniosa da actividade individual (p. 23).

⁵⁹ *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 5-6, 1923, p. 426.

⁶⁰ Idem, *ibidem*.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 427.

tese de que, ao invés, o elemento socializador terá sido o da junção dos egoísmos nas sociedades industriais, com a consciência colectiva destruída pela divisão do trabalho, numa “interessado equilíbrio de interesses” que reuniria um “emaranhado de actos contratuais”, sem controlo da vontade individual, tal como diria Herbert Spencer⁶².

É que para Spencer, visto pelo nosso pensador, a homogeneidade observada nas sociedades primitivas resultou de uma assimilação violenta do individual pelo colectivo, já que ao estado inicial caracterizado pelo livre individualismo, ter-se-á seguido, pela necessidade de defesa contra os inimigos vários, um “estado social fundado na renúncia das vontades individuais”, numa só vontade colectiva⁶³.

Tese que, levando à caracterização das sociedades homogéneas resultante do individualismo primitivo por despóticas e militaristas, não só contradiz os dados recentes da sociologia e da antropologia no referente à mentalidade primitiva, como se mostra incapaz de enfrentar o facto da organização democrática da grande parte das sociedades referidas.

Para Newton, as “funções digestivas” das sociedades, com um significado unicamente económico, estão sujeitas à acção dirigente das forças morais que constituem a consciência colectiva clara ou difusa da sociedade; mas há períodos críticos, em que estas forças, vindas de uma consciência que orienta para um “ideal superior”, ficam “gastas” abandonando o seu papel inibitório sobre os egoísmos latentes, permitindo que as actividades passem a ser desenvolvidas de acordo com os interesses económicos “particularistas e individualistas”, em que a “utilidade colectiva” passa a ser sacrificada à “utilidade de cada um”, transformando a sociedade numa “arena sangrenta, onde desfila o bárbaro cortejo da força triunfante”⁶⁴.

Newton usa, mais uma vez, um tom premonitório, e com razão, como a história veio tragicamente comprovar. É nesse mesmo tom que cita uma série de artigos⁶⁵ de Ferrero⁶⁶, onde o historiador napolitano se debruça sobre a situação

⁶² Idem, *ibidem*, p. 426 e 427.

⁶³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 428.

⁶⁵ La Ruine de La Civilisation Antique, La crise du Troisième Siècle, in *Revue des Deux Mondes* (15.02.1920). O conjunto dos artigos foram publicados em 1921, em livro, pela Librarie Plon-Nourrit, sob o título *La Ruine de la civilisation antique*.

⁶⁶ Guglielmo Ferrero (1871-1942) historiador napolitano com vasta obra especializou-se e notabilizou-se, entre outras matérias, na história romana sendo autor de *Grandeur et decadence de Rome*, 1909, à disposição de Newton na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que ainda hoje repousa no Fundo Primitivo. Considerado um mestre da democracia numa perspectiva liberal, equacionando o princípio da legitimidade como essencial ao regime democrático, foi resistente anti-fascista, tendo-se exilado na Suíça.

de “anarquia militar” do Império Romano no Século III, mostrando como à agonia moral de uma sociedade que se coloca fora da pátria do Direito, se sucede a força brutal.

Maximino foi o primeiro dos imperadores sediciosos a prescindir da legitimação do Senado, autoridade da ordem legal mas sobretudo símbolo das forças morais em que se sustentava a sociedade romana.

A revolta desse trácio contra Severo, que pretendia restaurar a autoridade do Senado, no ano de 235, sendo a ascensão do despotismo militar e o afogamento da autoridade do Senado, marca “o momento trágico” em que a força deixa de ser um instrumento da autoridade moral para passar a ser uma violência que só se justifica em si própria⁶⁷.

A onda demolidora de imoralidade e amoralidade continuou alastrando e devastando o Império, nomeadamente o paganismo, até à emergência dum novo ideal, pregando a renúncia e o desinteresse terreno, protagonizado pelo cristianismo, respondendo à ânsia da “mais admirável das criações” de Roma, o cidadão, o homem face ao estado cioso dos seus direitos e “herói no cumprimento dos deveres”⁶⁸.

Antes do triunfo dos novos valores do cristianismo, vários procurarão lutar contra o presente e o futuro, tentando impor os valores antigos, como serão os casos de Cláudio, Aureliano e Dioclesiano; sem êxito, porque o problema do Império era o do fim da unidade espiritual, a “esterilidade espiritual” com que caía o mundo antigo.

É claro que só uma nova força espiritual podia salvar o mundo antigo, mas também é claro que o adveniente seria um mundo novo.

Do ponto de vista do historiador napolitano, corroborado por Newton, é a anarquia espiritual que se reflecte nos outros aspectos da actividade colectiva levando à ruína económica como aconteceu no processo do fim do Império: crise comercial, insegurança, Estado providência para multidões de pobres, fiscalismo exageradíssimo para pagar o excesso de burocracia e as despesas militares, manobras do valor da moeda como recurso, provocando ainda maior instabilidade e pauperização das massas mendicantes.

Na descrição de Ferrero, “o que resta é gasto num luxo bárbaro, de mau gosto, berrante, pesado, bom para fascinar os espíritos comuns, em prazeres

⁶⁷ Macedo, Newton de - Ob. cit., p. 429.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 430.

ou em festas violentas e desordenadas, em edifícios gigantescos e inúteis, que atulham mais do que embelezam as poucas grandes cidades ainda florescentes no meio da ruína das pequenas”⁶⁹.

Ora Newton de Macedo transcreve esta descrição do fim do Império feita pelo autor de “Grandeur et decadence de Rome” (1909), rematando, à guisa de explicação, que “fazendo-o, nos julgamos dispensados de, repetindo o clamor geral, traçar um quadro da vida social da hora que passa”, ou seja, porque se aplica ao ambiente de 1923, senão ao de toda a Europa pelo menos ao português.

Newton reitera a “coincidência dos dois quadros” e sublinha “hoje como ontem” “a mesma esterildade espiritual”, o “mesmo abaixamento do nível de cultura”, a “mesma ausência de um ideal colectivo sofreador dos egoísmo latentes”, “a mesma senilidade ferindo de morte os valores superiores”; como consequência, a “inversão dos valores” e, por “capilaridade social”, o “absentismo”, além da mesmíssima coincidência em aspectos pontuais como a louca subida dos preços, a “perda da energia colectiva” num “bacanal de gestos inúteis” “que vivem apenas o momento que os produziu”⁷⁰.

E os que pretendem enfrentar o actual “vazio espiritual”, como se o problema social fosse essencialmente económico, esquecem-se que a “própria dialéctica da acção social” mostra que o interesse económico só tem sentido como “instrumento de valores mais altos”⁷¹.

O problema social não se resolve com equações como se fosse matéria quantitativa; satisfizessem-se as reivindicações económicas do Capital e do Trabalho, retornaria o conflito com novas exigências; para Newton, reiteradamente, o problema social não é essencialmente económico.

Se não, como se explicaria que a sua intensidade variasse de época para época e não de acordo proporcional com os momentos melhores ou piores da condição operária?

As épocas de pior mal-estar deveriam ser as da luta de classes mais intensa, enquanto as de melhor bem-estar deveriam implicar uma moderada conflitualidade social, o que é desmentido pela actualidade da altura, pois, para Newton de Macedo, a presente situação económica das massas proletárias é melhor do que nunca, tal como as suas conquistas políticas nunca lograram tantos avanços; e no

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 432.

⁷⁰ Idem, *ibidem*.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 433.

entanto, quando se poderia esperar moderação, verifica-se que nunca o conflito social foi tão intenso!

Newton dispõe-se a aceitar que a situação decorra da “hipertrofia da consciência económica da grande massa” ou seja do ascenso da luta de massas e da consciência de classe dos trabalhadores dispondo de uma grande “liberdade de movimentos” para chegar aos seus fins⁷².

Mas então, do ponto de vista do pensador, a conclusão a tirar apoia a tese assumidamente sua do “valor causal dos elementos morais no ritmo de actividade económica⁷³”.

É que, segundo a tese newtoniana, os apetites são tanto maiores quanto menores são as forças morais; e quando a “acção de um ideal colectivo” conduz a acção de cada um a uma “finalidade superior”, além de reduzir a expressão das contradições sociais ao mínimo, relega o esforço económico a uma função meramente “digestiva”, que é, de resto, a sua função “normal”⁷⁴.

No entanto Newton pretende que não haja qualquer identificação entre o que designa por acção do “ideal colectivo”, aliás “organizadora e vivificante”, com a evocação saudosa de qualquer ideal de um “paraíso perdido”, o que expressando a determinação para a elevação de novos valores, parece indicar uma preocupação de demarcação com qualquer componente ideológica saudosista ou qualquer versão de um ideário passadista⁷⁵.

Pelo contrário, face à actual “anarquia espiritual”, certo é que o remédio não está no passado, pois ninguém se banha duas vezes na mesma água do rio⁷⁶...

Quatro anos antes, Newton concretizava a sua esperança: a falta de “finalidade ética”, e “portanto social” dos “sistemas de valores” que se digladiam, demonstra a necessidade de substituir os “valores mortos” por “um novo mundo de ideias”, o que se coloca como o grande desafio do ideal democrático e da “democracia”, no seu ponto crítico, cujo desfecho dependerá de ser ou não capaz de “vivificar as suas raízes ideológicas” em “novas atitudes”⁷⁷.

⁷² Idem, *ibidem*, p. 434.

⁷³ Idem, *ibidem*.

⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 435.

⁷⁷ Macedo, Newton de - *A Luta pela Imortalidade. A Águia*. Porto: Renascença Portuguesa. Nºs 85-87: 2ª Série (Janeiro-Março de 1919), p. 47.

2. Estamos em 1921. Desde há muito que o comboio europeu se move, apenas à custa da velocidade já adquirida, ou seja de valores inertes, sendo audíveis os gritos da multidão, uns de desalento, outros de esperança, como expressam ora o “pessimismo metafísico” de Schopenhauer, ora a “águia” de Nietzsche em “demanda de um sol distante”. Com a “grande massa ingénuo” continuando a iludir-se, diz-nos Newton, atrás das “palavras de Monsieur Homais”, o verborreico boticário consagrado por Flaubert no “Madame Bovary”⁷⁸!

Para Newton de Macedo, a guerra precipitou a crise final. É a expressão da ruína não só de toda a valoração moral como de toda a sua sustentação religiosa institucional. A velha Europa, vetusta árvore da moralidade desde os gregos, mirrou sob o fogo das bombardas. As condutas guerreiras subverteram os valores. Nas suas cinzas jaz fumegante a esterildade espiritual com o homem a vegetar perdido, vagueante no vazio, sob a pulsão única da dostoienskiana sede de verdade insatisfeita. Os que acalentavam alguma certeza passaram a duvidar e os que já duvidavam passaram para as novas certezas da violência.

Mas até ao momento, o problema moral confinara-se ao campo da especulação. O que o bolchevismo fez de novo, foi passá-lo para o campo da vida, tornando-o uma realidade concreta, com o dramatismo de um “dilema vital”. A crise dos valores deixou a reflexão da filosofia moral e entrou na da política real, ou seja na da acção, na acção propriamente dita.

A grande questão especulativa tornou-se: a crise poder-se-á resolver através de uma evolução lenta adentro dos padrões sociais e morais estabelecidos ou só poderá ser resolvida pela via da ruptura brusca com todo o passado? Reforma ou revolução?

A questão, colocada na realidade vivida, estava tão longe da especulativa, que Newton se interroga sobre a tempestividade do “frágil dique do raciocínio” face ao “vagalhão crescente de exigências inadiáveis” ou sobre a utilidade do raciocínio poder chegar a conclusões que se oponham ao curso do “determinismo” que “regula” essa força.⁷⁹

Embora se assista, sem lamentações por parte de Newton, à derrocada do positivismo, a máxima de “conhecer para prever, prever para prover”⁸⁰ mantém a pertinência.

⁷⁸ *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 5-6, 1923, p. 435

⁷⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 288.

⁸⁰ É uma conhecida máxima extraída da 2ª lição do Curso de Filosofia Positiva de Auguste Comte: “*Savoir pour prévoir, à fin de pourvoir*”. No entanto no texto aparece *provar* no lugar de *prover*; tratando-se de mais uma gralha evidente, no entanto, por corrigir nas reproduções que têm vindo a ser feitas do texto.

Newton, como Leonardo, tem uma leitura crítica do positivismo mas considera-o útil, tal como o Mestre o considerava, independentemente do seu “ar bíblico”, como um “curso de metodologia científica” ou uma “teoria da experiência científica”⁸¹.

É que se a lei significa necessidade, também significa liberdade pela possibilidade que nos oferece de alterarmos os condicionalismos que determinam.

Todavia, a rejeição ou adesão sentimental a uma causa, sem a compreensão objectiva desinteressada das “causas que determinaram” em permanência o fenómeno social, não tem valor racional. Pelo contrário, só a compreensão dessas causas que provocam o “direccionismo *fatal*”⁸² lhe confere racionalidade e, portanto, moralidade⁸³.

Newton cita Pascal, “o coração tem razões que o pensamento não conhece”⁸⁴ para reiterar que só o pensamento legitima essas razões do coração quando traça os seus limites, mas depois de ter experimentado. “O único agnosticismo legítimo é o que o pensamento constata pela exaustão”⁸⁵.

É que também na actividade moral, quando acaba “o seguro campo da experiência”, continua o trabalho “sem interrupção”⁸⁶ no caminho de um “absoluto de inteligibilidade”, não sendo, nesta perspectiva, tanto as metafísicas como as religiões, mais do que uma resposta a esta “ânsia de compreensão total”⁸⁷.

Aliás, no conjunto dos “sentimentos” que constituem a experiência religiosa⁸⁸ a crença é elemento permanente sendo, na mira newtoniana, “um

⁸¹ Coimbra, Leonardo - A Razão Experimental, *Obras*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1983. Vol. II, p. 574.

⁸² Itálico utilizado por Newton.

⁸³ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 288.

⁸⁴ Newton usa uma das versões popularizadas entre nós, mas não exacta, das palavras de Blaise Pascal. Com efeito, o texto do filósofo francês seiscentista reza: “Le coeur a ses raisons que la raison ne connaît point; on le sait en mille choses” (Pascal - Pensées, *Oeuvres complètes*, Bibliothèque La Pléiade, Gallimard, 1954, Sec. IV, 277, p. 1221). Para lá da troca do “ses raisons” por “des raisons”, Newton insiste em utilizar “pensamento” como sinónimo de “razão”.

⁸⁵ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 288.

⁸⁶ No original: “em interrupção”. Mais uma gralha de composição tipográfica.

⁸⁷ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 289.

⁸⁸ Newton recorre a James H. Leuba, com uma citação de *La Psychologie des phénomènes religieux*, onde o professor suíço, ao que Newton nos diz, afirma que nenhum dos sentimentos constituintes da experiência religiosa tem um valor específico. Com efeito Leuba, na referida obra, afirma que “l’unité de la vie consciente n’est ni pensée ni sentiment, mais une synthèse de l’une et de l’autre dans laquelle il coopèrent en vue d’une fin”. Leuba, James H.-*La Psychologie des phénomènes religieux*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1914, p. 38.

sentimento de natureza intelectual”⁸⁹, demonstrando-se como os elementos afectivos participam não só na crença como em todos os actos da vida mental mormente os objectivos⁹⁰. Pensamento e vontade na sua “infraestrutura afectiva” são dois aspectos da mesma actividade⁹¹.

No plano estrito da realidade psicológica, tanto as religiões como as metafísicas, que deveriam surgir como uma continuidade transcendental do conhecimento empírico, surgem, ao invés, como precedentes, moldando previamente as leituras da realidade.

Mas cabe sempre ao “pensamento reflectido e crítico” o “controlo” das tendências afectivas, pois a vida é um “acto de fé de renovo permanente” em que as “certezas racionais” fortalecidas pela dúvida precedem sempre as “certezas instintivas”⁹².

Ou seja, por mais arreigados que estejam prévia e afectivamente os “postulados finais”, como Newton os denomina, a liberdade e a racionalidade permitem sempre o exame atento e crítico, propiciando o “grande conflito dos valores antagónicos” e o “desfazer e refazer constante de valores”⁹³.

A questão central que se coloca, na problematização de Newton de Macedo, é a de saber onde encontrar um alicerce sólido que seja um farol, inacessível à dúvida, e portanto inabalável, susceptível de orientar a acção, e simultaneamente capaz de sustentar “novas certezas a criar”, sabendo que qualquer “critério estático” é para isso “impotente”⁹⁴.

⁸⁹ Para o demonstrar, Newton utiliza o “Credo quia absurdum” de Tertuliano onde o segundo termo é a justificação racional do primeiro.

⁹⁰ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 289.

⁹¹ Newton cita de Wilhelm Wundt a afirmação de que a vontade é “uma propriedade integral da consciência”. No texto aparece referida *Ethique* como a obra de referência. No entanto deve tratar-se de mais uma imprecisão gráfica pois a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto dispunha, como ainda dispõe no seu Fundo Primitivo, da edição original do psicólogo e filósofo alemão de 1886: *Ethik: eine untersuchung der thatsachen und gesetze des sittlichen Lebens*.

No mesmo parágrafo, Newton transcreve de *Théorie genétique de la réalité* do psicólogo e filósofo norte-americano James Mark Baldwin (1861-1934), na edição francesa de 1918, a afirmação de que “a própria realidade exterior, como construção do pensamento, é função dos *interesses* que a solicitam”. A edição também estava à disposição de Newton, na biblioteca da “Quinta Amarela”, tal como ainda hoje se encontra no Fundo Primitivo da Faculdade de Letras do Porto.

⁹² Macedo, Newton de, ob. cit., p.290.

⁹³ Idem, ibidem.

⁹⁴ Idem, ibidem.

Garofalo⁹⁵ falharia, quando procurou um escalonamento dos valores que constituíssem a moral humana típica, comum a todos os tempos e a todas as épocas, não logrando mais do que uma abstracção estatística.

O que além de inócuo é perigoso, tal como qualquer critério estático, já que leva a que autores como Durkheim afirmem, segundo refere e cita Newton⁹⁶, que os sentimentos morais contemporâneos pertencem a uma moral “não susceptível de perda, mas dum desenvolvimento sempre crescente”.

Em rigor textual o que Émile Durkheim nos afirma é que “o nosso primeiro dever actualmente é fazermos uma moral. Tal obra não se poderá improvisar no silêncio do gabinete; terá de elevar-se dela própria, pouco a pouco, sob a pressão das causas internas que a tornam necessária”⁹⁷.

Há, para Newton, no entanto, um caminho: o de abandonarmos a visão dos valores tal como eles nos surgem em si, e mergulharmos na “fonte profunda e perene” donde brotam, que não é mais do que o “pensamento” “permanente síntese criadora” capaz de se renovar e de actualizar os valores de acordo com as “repetidas experiências morais”⁹⁸.

É nessa fonte que se aloja a única certeza inamovível, susceptível de ser alicerce sólido e de iluminar o caminho, a do “pensamento racional” capaz de enfrentar o perpétuo *devenir*⁹⁹ dos valores e das teses, embora, por vezes, não consiga evitar que a vitória, mesmo que momentaneamente, descaia para o lado da pura afectividade, mostrando-se impotente para exercer o controlo¹⁰⁰.

⁹⁵ Rafael Garofalo, napolitano nascido em 1851, dedicou-se à investigação criminal destacando-se sobretudo pela publicação de *Criminologia* que teve a 1ª edição em português em 1885, tendo sido reeditado diversas vezes. É precisamente esta obra que aparece citada por Newton, aparentemente na versão francesa. Se o *Criminologie* que aparece no rodapé não for gralha, tratar-se-á de *La Criminologie* que teve a 1ª edição em 1888 na Félix Alcan. Uma 2ª edição portuguesa *Criminologia: estudo sobre o direito e a repressão penal* surge, com a chancela da Livraria Clássica, em 1908.

⁹⁶ Não é totalmente claro se Newton, no passo em análise, se refere a Durkheim ou a Garofalo, mas mais parece referir-se ao pensador francês. Newton cita, segundo as suas próprias indicações, da obra de Durkheim, *De La Division du travail Social, 1893*, de que dispunha na Biblioteca, tal como hoje se mantém, na edição da Félix Alcan de 1902.

⁹⁷ Durkheim, Émile - *De La Division social du travail*. Paris: Félix Alcan, 1897. Livro III, p. 144: “notre premier devoir actuellement est de nous faire une morale. Une telle oeuvre ne saurait s’improviser dans le silence du cabinet; elle ne peut s’élever que d’elle-même, peu à peu, sous la pression des causes internes qui la rendent nécessaire”.

⁹⁸ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 291.

⁹⁹ A utilização do “devenir” em itálico é de Newton de Macedo.

¹⁰⁰ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 291.

No entanto, daqui ninguém poderá concluir que pelo facto de o pensamento nem sempre exercer o seu controlo sobre as afectividades, deixando por vezes subjugar-se pela vontade, se torna legítimo o recurso às diversas formas de revelação como juizes das condutas; não se definindo a consciência como inteligibilidade pura, também não se pode exigir ao pensamento um trabalho exaustivo e totalitário de controlo, nem esquecer que este é feito a partir do esforço, o que quer dizer que é, por natureza, relativo, podendo nem sempre atingir o objectivo.

“O pensamento como realidade empírica”, que é o “termo médio entre o instinto cego e a inteligência pura”, realiza-se “na sua própria limitação”, cria valores porque deseja e “deseja porque é limitado no seu permanente esforço de expansão” impulsionado pela “tendências obscuras que o assaltam”¹⁰¹.

Mas se a crise de valores deixa o campo aberto e úbere a quaisquer novas experiências morais, com a sofreguidão das massas disponível para um preenchimento trágico de toda a sua afectividade, a alternativa bolchevista, tendo-se tornado, muito mais do que uma conjectura especulativa ou doutrina, uma realidade social e política, faz o analista que procura a objectividade da interpretação racional deparar-se com alguns problemas, entre os quais, o primeiro, aparece logo com a própria definição de bolchevismo.

Não que falem, na opinião pública mediana, epítetos diversos que se arrimem em definições; o problema é que traduzem muito mais “estados de alma” do que “realidades concretas, exteriores”, já que o seu carácter emocional se manifesta com toda a clareza no “extremismo” que revelam, pois, conforme mostra a “psicologia da afectividade”, a “vida do sentimento é polarizante”, “oscila entre contrários”¹⁰².

Não são pois “expressão serena e desinteressada da realidade”, tão-só “juízos dogmáticos” em que a revolução russa em si, ou seja o “facto exterior”, é utilizado para “o revigorar de esperanças latentes”, nuns, em nome do futuro, outros, procurando ressuscitar um passado já morto¹⁰³.

Em comum, o facto de ambos negarem o presente: uns, considerando-o a causa da monstruosidade bolchevista, outros, considerando-o prenúncio da mais radiosa das alvoradas sob o esvoaçar esperançoso da bandeira do “vermelho

¹⁰¹ Idem, ibidem, p. 292.

¹⁰² Macedo, Newton de, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 5-6, p. 408.

¹⁰³ Idem, ibidem.

sangrento”¹⁰⁴, uns e outros, afinal, sem confiança na viabilidade de uma “renovação social”¹⁰⁵.

As definições de bolchevismo feitas pelo senso comum, longe de construídas numa serena distanciação propícia à objectivação de modo a apreender o facto tal como ele é, resultam, pelo contrário e sobretudo, de uma mentalidade movida por ondas de “interesses, práticos, afectivos”, o que nem será de espantar dada a

¹⁰⁴ Pedro Ferreira, mestrando de História do Século XX, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em recente artigo de divulgação de uma investigação em curso sobre o tratamento dado pela imprensa portuguesa às revoluções russas de 1917, sugestivamente intitulado “Entre o Terror e a Esperança”, relata a forma positiva e mesmo carinhosa como os sectores republicanos e operários acolheram a Revolução de Fevereiro que derrubou definitivamente o Czarismo de Nicolau II e instalou no poder Kerensky, “com uma certa unanimidade na imprensa operária e burguesa” de que é exemplo a evolucionista e insuspeita de obreirismo *A Lucta*. Naturalmente que a posição russa face à Guerra era um aspecto decisivo das preocupações portuguesas que se expressavam na Imprensa, só sossegando quando uma nota russa garantiu a continuação dos compromissos internacionais, ou seja do alinhamento com os Aliados na Guerra. Circunstância que, no entanto, seria um dos factores que haveria de custar a sobrevivência do governo russo, poucos meses depois.

Já quanto à Revolução Soviética de Outubro, a posição da imprensa portuguesa é completamente diferente, bifurcando-se de forma clara, com os sectores anarquistas, anarco-sindicalistas e socialistas a colocarem-se ao lado da revolução e da saída da Rússia da “guerra imperialista”, ao passo que, a imprensa republicana expressa um registo, primeiro, de distanciação, depois de condenação veemente, pintando de negro o vermelho revolucionário, transcrito como “terror vermelho”, preocupada com as repercussões da vitória da insurreição bolchevista no rumo do movimento operário em Portugal. Segundo o estudioso do tema, o diário *A República* destacou-se particularmente, desde o primeiro momento, na extrema diabolização dos bolcheviques e dos seus dirigentes, apodados genericamente de fanáticos germanófilos, chegando ao ponto de tentar colar a Lenine o epíteto de “cabeleireiro parisiense” o que dá para perceber até que ponto desceu o “vale tudo”. Quando, no ano seguinte, os soviéticos assinam com os alemães o Tratado de Brest-Litovsk, então o clamor é o da prova provada da “ignominiosa traição da Rússia aos Aliados”.

Se do lado da imprensa republicana, o bolchevismo mergulhara a Rússia no caos e no terror mais sangrentos e horripilantes, do lado da imprensa operária, o bolchevismo, que quase não tinha ainda fiéis em Portugal, é apoiado firmemente tanto em *A Batalha*, anarco-sindicalista da CGT, como em *A Bandeira Vermelha*, maximalista que vem a dar origem à Federação Maximalista e daí ao PCP, como ainda em *A Sementeira* que, segundo Pedro Ferreira, embora anarquista, “procura informar correctamente os trabalhadores, servindo-se muitas vezes de excertos publicados em revistas congéneres estrangeiras, uma vez que considera caluniosas as notícias da imprensa burguesa e alerta os leitores para a falsidade e deturpação das informações ali publicadas”, “embora o movimento operário português não estivesse ideologicamente preparado para compreender os acontecimentos na sua plenitude”.

No entanto, a imprensa anarquista não deixava de exprimir algumas reservas em relação ao rumo ideológico dos acontecimentos, fazendo uma leitura basista em que se sublinhava o papel dos soviets, mas em que se dava muito poucas informações sobre as características, a estratégia e a tática do partido bolchevique, manifestando a esse propósito um desconhecimento que coincidia com o desconhecimento geral. In *História*, nº 80, (Outubro de 2005), p. 32 e sgs.

É sobre este ambiente concreto, de grande dramatismo, distorção emocional e falta de dados fiáveis, envolvente do significado do “bolchevismo”, que Newton de Macedo se debruça, procura caracterizar e encontrar um método para avaliar com objectividade.

¹⁰⁵ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 409.

comoção provocada nos reconcívios mais íntimos e seculares da vida interior e social, constituintes da “alma colectiva”¹⁰⁶.

O segundo grande problema, afectando não só a opinião pública como o trabalho do próprio analista, surge com a falta de documentação “fiel”, “minuciosa e imparcial”¹⁰⁷.

Neste contexto, se vivêssemos numa sociedade em que a conduta do homem, transformado numa espécie de “máquina pensante”, fosse regulada por “normas racionais, cientificamente estabelecidas”, poderíamos submeter as apreciações do bolchevismo a um exame crítico que corrigisse os erros, pois estes seriam de cariz puramente intelectual, após o que partiríamos para a confrontação com os “factos experimentais” que aferissem o seu “valor lógico-experimental”¹⁰⁸.

Na realidade, o pensamento funciona seleccionando entre uma panóplia de “variados e antagónicos interesses intelectuais, emotivos e práticos”, assim marcando a “ideologia” de cada época, consequência, por sua vez, da sua “infra-estrutura moral”, não sendo pela satisfação de uma qualquer sólida lógica que surge o valor de uma verdade experimental susceptível de propulsionar a acção¹⁰⁹.

Rejeitada pois, como se viu, a infra-estrutura económica como determinante da ideologia, surge o conceito de “infra-estrutura moral”, constituída por um “caudal de tendências e de sentimentos difusos” que tem uma “acção erosiva” sobre a ideologia, provocando-lhe “os traços deformadores” que a caracterizam em cada momento, não podendo por isso, em caso algum, julgar-se o ambiente intelectual de cada época unicamente por critérios de lógica pura¹¹⁰.

Conceito de infra-estrutura moral a que não é negada a interactividade com o económico, mas que, ainda assim, aparece com personalidade autónoma no plano social, constituído pela socialização afectiva das personalidades individuais.

Donde o valor limitado das definições correntes de bolchevismo e a “carência absoluta de objectividade” quanto ao seu valor lógico-experimental. Aliás, para Newton, só os “produtos científicos”, conseguindo libertarem-se dos interesses práticos e emotivos, podem ser avaliados em termos lógicos. O que está muito

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 413.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 409.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 410.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*.

longe de qualquer das definições comuns feitas do bolchevismo, carregadas de cargas práticas e afectivas, não só as que vão no sentido da cega rejeição dum “pesadelo monstruoso”, como as que se entregam à apologética, de sentido oposto, mas de natureza semelhante. Nem valem em termos estritamente lógicos, incidindo na validade dos raciocínios, nem em termos lógico-experimentais, aferindo-as com os factos. São nada mais do que um “amontoado caleidoscópico de imagens fragmentadas ao sabor da maré do sentimento”¹¹¹.

Quanto ao “conteúdo real” das definições que traduzem um “juízo afectivo de reprovação”, não se poderá ver nelas mais do que a “reacção emotiva contra um nebuloso conjunto de factos exteriores” cuja visão circunstancial, por sua vez, foi deturpada pela própria emoção, não sendo susceptíveis sequer de servirem de base a um conhecimento factual por mais correcções que lhe sejam introduzidas; são símbolos do “sentir” das pessoas, não do seu “pensar”¹¹².

Na reflexão de Newton, para o próprio investigador, colocar-se-ia o dilema de seguir a onda da “emoção colectiva”, ora no sentido maioritário das maldições, ora no mais restrito dos hossanas, ou, pelo contrário, manter-se racional intérprete do sentimento colectivo¹¹³.

Tomada, como se esperaria, a opção pelo segundo caminho, não resta outro terreno de estudo senão o emocional, ou seja o das “tendências” que, ao sentirem-se ameaçadas, gritam de temor e reprovação, já que os “estados de vitalidade”, que são os afectivos, diminuem na dor e nos estados desagradáveis, ao contrário do “livre e harmónico exercício” que encontram no prazer e nos estados agradáveis¹¹⁴.

O que ocorre quando se adopta o termo bolchevismo no sentido reprobatório é a reacção da consciência social a uma série de factos que considera ameaçadores a um natural curso da sociedade. A carga emocional é tal que passará a ser abarcado pela designação de bolchevismo todo o “rompimento de ligações sociais” que pulverize a sociedade orgânica agregada nos seus “valores colectivos” pela “simpatia social”, num caos de peças “dispersas” e “isoladas”. No entanto, para Newton, assim sendo, o termo bolchevismo só se poderá fundir em exclusividade com a revolução russa no seu significado etimológico, já que a referida pulverização não se aplica apenas à situação revolucionária da Rússia, antes se estenderá a outros estados sociais coevos, em que ruiu a coesão moral

¹¹¹ Idem, *ibidem*, p. 410 e 411.

¹¹² Idem, *ibidem*, p. 411.

¹¹³ Idem, *ibidem*.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*.

da sociedade. Nesse sentido, pelo que se depreende da cerrada mas finamente irónica prosa newtoniana, bolchevismo poderia ser o apodo genérico da situação moral europeia no pós-guerra e à data da escrita para a revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto de “o Bolchevismo”, ou seja, no início dos anos 20¹¹⁵.

Só podendo antecipadamente aplicar-se à revolução russa no significado etimológico e não havendo no conteúdo racional do termo nada que permita uma posição fundamentada e definitiva, tão-pouco qualquer “controlo experimental” desinteressado, o único caminho que se depara ao investigador é o da análise serena do termo, sem peias emocionais, enquanto “reação dolorosa da consciência social”, “sinónimo de rompimento de ligações sociais”, para verificar se, neste sentido, pode ou não ser aplicado à situação russa¹¹⁶.

Mas como fazê-lo? O problema é que, na situação concreta do investigador *hic et nunc* todos os bons caminhos da investigação são mais fáceis de serem enunciados em termos teóricos do que de serem realizados! Como proceder à análise serena se não se dispõe de uma documentação fiável? Como ultrapassar tal barreira inultrapassável? Alinhar, afinal, com os “juízos definitivos da consciência afectiva” que, mesmo sendo accionados pelo instinto, são formulados de acordo com “um seguro critério” de “utilidade social”? Ou, pelo contrário, por causa disso, suspender conscientemente o juízo? Mas, mesmo isso, como, se não podemos ignorar a nossa própria ligação a nada do que se desenrola? Estaremos perante um retorno da fatalidade, da cega necessidade helénica? Estaremos, afinal, condenados a não ultrapassar a condição de “feixe de tendências” que se arma e desarma conforme a onda ou a ressaca emocionais, afastados de qualquer projecto em que possamos ser “pólo de iniciativa social”¹¹⁷?

Incidindo na necessidade e na metodologia da sociologia, Newton distingue o conceito de “*documentação objectiva*” do de “*documentação episódica dos factos*”.

Ora só a primeira, a objectiva, interessa ao investigador, pois só esta versa as causas profundas de ordem psicológica ou social, conscientes ou inconscientes, que estão por trás de cada episódico gesto da vida revolucionária, que não é mais do que o “resíduo” da “vida espiritual”¹¹⁸.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 412.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 413.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 413 e 414.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 414.

É que só no homem abstracto a “consciência voluntária” domina a acção; no homem concreto social e histórico, a determinação para a acção nasce quase sempre em “circunstâncias ambientais”, sem qualquer intervenção da “vontade individual”, que propulsionam os “sentimentos e tendências ocultas e latentes”¹¹⁹.

Claro que o homem, sendo ele próprio um ser lógico, tende para encontrar explicações pretensamente racionais que, no entanto, não passam, conforme a reflexão do italiano Vilfredo Pareto¹²⁰ que Newton cita, de “derivações lógicas

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 415

¹²⁰ Vilfredo Pareto (1848-1923), nascido em Paris de ascendência franco-italiana, embora engenheiro de formação pelo Politécnico de Turim, obteve mundial reputação sobretudo como economista, sociólogo e politólogo, vindo a leccionar economia política na Universidade de Lausana.

Apoiante da livre iniciativa e da livre troca, estudou a distribuição da riqueza e das rendas concluindo, com a chamada “Lei de Pareto”, que a desigualdade económica é inevitável em qualquer sociedade. Adversário do marxismo e do igualitarismo liberal, Pareto considerou o sentimentalismo e o humanitarismo nas elites uma demonstração de fraqueza e de decadência, verberando a aristocracia pela sua tendência suicida, a incapacidade para defender a sua posição, sendo a história, que Pareto tão bem conhece, em particular a romana, um cemitério da aristocracia. Em *Systèmes socialistes*, que é o repositório dos seus cursos de Lausana sobre o tema, (Giard & Brière, Paris, 1902) e que, segundo Stuart Hughes terá provocado mais do que uma noite de insónia a Lenine (*Oswald Spengler, A Critical Estimate*, Charles Scribner’s Sons, New York, 1952, p. 16), Pareto considera a teoria da luta de classes do materialismo histórico como enganadora, na medida em que a luta entre o proletariado e os capitalistas não é mais do que parte do combate entre um número infinito de grupos com interesses diferentes, sobretudo entre as elites rivalizando pelo poder. Para o professor de Lausana, a ideologia de Marx, ao contrário do que seriam meras promessas do “Manifesto Comunista” de 1848 de um movimento de e para a imensa maioria, não passava duma tentativa de substituir uma elite dominante por uma outra. Como era, aliás, a elite bolshrevista, uma reposição da aristocracia czarista.

Mas é em *Traité de Sociologie générale* (1ª edição em francês, Librairie Droz, Paris-Gênève, 1917, 1ª edição em italiano, Barbèra, Firenze, 1916) obra citada por Newton de Macedo, que Pareto aprofunda as suas concepções. Analisa as inúmeras acções humanas que constituem as manifestações exteriores dos sentimentos e, denominando-os “resíduos”, classifica-os em seis grupos principais, desenvolvendo sobretudo os dois primeiros, a saber, “o instinto das combinações” e a “preservação dos agregados”. Os “resíduos” sendo comuns a toda a Humanidade, aparecem de forma mais marcante em certos indivíduos, mas são inalteráveis. James Burnham, pensador norte-americano discípulo de Pareto, considera estes dois primeiros resíduos uma extensão da divisão quatrocentista dos homens feita por Maquiavel, entre a classe das raposas e a dos leões (*Suicide of the West*, John Day Company, New York, 1964, p. 248 a 250). Com efeito os homens fortes da Classe I de Pareto são raposas tendentes à manipulação, ao cálculo, e à imaginação, enquanto os da Classe II, tendem para ser leões dando muito mais importância ao carácter e ao sentido do dever do que à inteligência pura. Nesta dicotomização, enquanto nos primeiros se concentram inventores, cientistas, ficcionistas e políticos, nos segundos juntar-se-iam os guardiães da tradição e dogmas religiosos, bem como os paladinos das honrabilidades nacionais. Para que a sociedade funcione devidamente é preciso que estes dois tipos de indivíduos se equilibrem complementando-se, tal como o Kaiser, o “leão” Guilherme I, com o seu chanceler, a “raposa” Bismarck. Para Pareto, tanto a França como a Itália, países que conhecia mais directa e profundamente, viviam no desequilíbrio resultante do excessivo domínio do poder por parte das “raposas”, o que se tornava um forte factor de degenerescência e corrupção.

Além dos “resíduos”, outro aspecto das teorias de Pareto que interessou especialmente Newton de Macedo aquando da redacção de “O Bolchevismo”, foi o das “derivações” que, conforme afirma o professor da Universidade do Porto, encobrem os “resíduos”. Com efeito, Pareto denominava “derivações”, as justificações ostensiva e aparentemente lógicas que as pessoas utilizam para racionalizar as suas acções predominantemente não-lógicas, ou seja dominadas pelo sentimento.

Há, na construção de Vilfredo Pareto, quatro classes de encobrimentos lógicos, ou melhor, pseudo-lógicos dos “resíduos” afectivos, ou seja, quatro classes de derivações, a saber: as derivações de afirmação, onde se situam as dogmáticas e aforísticas; as derivações de autoridade, constituídas pelos apelos com base nos conceitos arreigados na tradição, como, por exemplo, será entre os portugueses, citar Camões, ou entre os europeus, Simone Weil ou Hannah Arendt; derivações de acordo com os sentimentos e princípios comuns, tal como os apelos à “vontade do povo”, aos “interesses da maioria” ou sentimentos semelhantes; finalmente, derivações de prova verbal que são formados pelas metáforas, alegorias e outros recursos estilísticos.

Quanto ao futuro político dos dois eixos maquiavélicos da luta pelo poder político, por mais manobras de diversão e fugas que a “raposa” logre concretizar, chegará inevitavelmente um dia em que o “leão”, com um golpe de pata bem assestado, encerrará a discussão...

Na série de artigos publicados em 1920 que deram origem a *Transformazione della democrazia* (Corboccio, Milano, 1921) Pareto aplica concisa e concretamente as suas teorias à situação europeia contemporânea, debruçando-se em particular sobre as consequências de se deixar uma elite de dinheiro dominar a sociedade, sendo responsável, nomeadamente, pelas taxas de juro e pela enorme dívida pública que sabe não reembolsável, permitindo a transformação da democracia em plutocracias e levando, por reacção, necessariamente, à queda do sistema.

É que, para Pareto, quando o sistema de valores de uma sociedade se deteriora ao ponto do trabalho penoso ser denegrido e do ganho fácil de dinheiro ser exaltado, de a honestidade ser achincalhada pela própria justiça e de a duplicidade ser erigida em virtude, então a sociedade encontra-se à beira da ruína.

Neste caldo de cultura política em que Pareto se opõe, por um lado, à evolução degenerativa da democracia liberal, por outro, ao marxismo, ao bolchevismo e a qualquer socialismo, não é de espantar que viesse a ocorrer uma confluência com o percurso político de Benito Mussolini, aliás, já há longo tempo, atento seguidor dos cursos de economia política de Pareto em Lausana, cidade onde colaborara no *L'Avvenire del lavoratore* quando deambulava como emigrante na Suíça (Renzo de Felice, *Breve História do fascismo*, Casa das Letras, Lisboa, 2001, p. 30).

Deve no entanto sublinhar-se que a leitura feita a Ocidente do aparecimento do fascismo italiano, foi muito diferente no início dos anos 20 do que viria a ser já nos anos 30 e muito mais no pós 2ª grande Guerra. Praticamente só os marxistas e os anarquistas compreenderem, por razões óbvias, desde o início, ao que levaria o percurso mussoliniano, que granjeou no início os maiores elogios, por exemplo, da imprensa norte-americana e os de personalidades como Winston Churchill que chegou a afirmar que se “eu fosse italiano, estou certo que estaria convosco (Mussolini) de todo o coração, desde o início até ao fim da vossa luta triunfante contra os apetites e as paixões bestiais do leninismo” (Luigi Villari, *Italian foreign policy under Mussolini*, The Devin-Adair Company, New York, 1956, p. 43). A ascensão fascista foi vista por numerosos sectores com altas responsabilidades nas democracias europeias, para não falar das italianas, como um contrabalço à pujança do movimento operário europeu e como uma resposta geoestrategicamente conveniente à revolução soviética, sem qualquer preocupação com os genes totalitários do projecto.

Refira-se que, embora Vilfredo Pareto, no seu leito de doença e de morte, tenha exultado com a vitória da marcha dos fascistas sobre Roma em Outubro de 1922, de que resultou a nomeação de Mussolini pelo rei para primeiro-ministro, nunca aderiu ao “fascio” e sendo verdade que nos primeiros anos da ditadura mussolinista foram postas em prática diversas medidas económicas e sociais propugnadas muitos anos antes pelo professor de Lausana, podem elencar-se uma série de desaprovações que teriam ocorrido por parte do pensador, caso não tivesse falecido pouco depois da vitória fascista, mormente o fim da liberdade de expressão, até porque a sua peneira crítica dispunha de uma malha extremamente apertada em relação a qualquer sistema.

Poder-se-ia aliás falar do aproveitamento mussoliniano do pensamento de Pareto, carecido como estava o fascismo italiano de uma base doutrinal sólida, devendo nesse caso, para usar as conceptualizações e terminologia paretianas, por ironia do destino, dizer que o discurso fascista

ou pseudo-lógicas” que encobrem os “*resíduos* afectivos ou tendências” de cuja determinação dependem as “*uniformidades sociais*”, independentes das particularidades do espaço e do tempo, que permitam perceber, por trás de cada gesto de actores e espectadores, o “condicionamento natural” que os impõe¹²¹.

Ao contrário, a documentação episódica fica-se por uma superficial divagação na espuma dos acontecimentos. Se olhar a Roma Imperial não será capaz de mais do que desarvorar toda uma galeria de grotescos loucos, como Nero, sem ser capaz de compreender como a “monstruosa personalidade”, soberbamente retratada no “Satiricon” por Tito Petrónio Arbitro, foi objecto de adoração religiosa por parte do povo. Só uma documentação objectiva permitiria vislumbrar por trás de tal comportamento as grandes modificações do condicionalismo social que foram deformando o “puritanismo formalista” romano¹²². E essa, ao contrário da episódica, é inexistente.

Ora sem se dispor de uma documentação mais objectiva do que a episódica, também a emissão de juízos sobre as reacções afectivas da sociedade em relação ao bolchevismo, enunciados por um critério de mera utilidade, só pode servir para formular problemas.

Porque se entendermos a utilidade como orgânica, termos que Newton terá ido buscar a James Mark Baldwin¹²³ ou criado por extensão a partir do conceito de utilidade colectiva da “solidariedade orgânica” durkheimiana¹²⁴, verificaremos que a correlação entre os “estados agradáveis e a utilidade orgânica”, com o prazer

italiano não passou de uma “derivação” a encobrir o “resíduo” da vontade de poder de Benito Mussolini, efectivamente mais “leão” do que “raposa”.

De resto, não será por acaso que o nome de Vilfredo Pareto, mal-grado a inevitável associação ao fascismo italiano e consequentemente à trágica hecatombe de 1938-45, continua a ser reeditado e estudado, mormente a nível universitário, embora com um interesse especial nos círculos conservadores, e tanto na vertente do economista como na do sociólogo.

No que diz respeito a Newton de Macedo, é visível a consideração e mesmo o entusiasmo com que cita Pareto, em vários trechos, em dois dos capítulos dos três que nos deixou do inacabado “Bolchevismo”. No entanto, em obras posteriores a 1923, nunca mais se conheceu uma citação escrita de Newton do autor italiano que, servindo o argumentário anti-marxista e anti-bolchevista, serviu ao mesmo tempo, nesse período de terrenos apertados, a tentação totalitária que varreu a Europa nos anos 20 assolando também Portugal com a destruição da sua República e da... sua Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹²¹ Macedo, Newton de, ob. cit. p. 415.

¹²² Idem, ibidem, p. 416.

¹²³ O conceito de “organic utility” está presente nomeadamente nos artigos de Baldwin, *The Genesis of the ethical self*, 1897, e de *Social and ethical interpretations in mental development*, 1899. Newton dispunha na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto pelo menos das edições francesas de Baldwin: *Le Darwinisme dans les sciences morales*, 1911, e *Théorie génétique de la réalité*, 1918, obra que, aliás, chega a citar em RFLUP, 5-6, p. 406.

¹²⁴ Presente abundantemente em *De La Division du travail social*.

como indicador de actividade útil e a dor como de nociva, embora existente, é limitada¹²⁵, pois sendo a evolução da vida, “criadora” e mais veloz que a da consciência afectiva, muitas vezes esta não acompanha aquela, levando a que os estados afectivos, em lugar de reflectirem os correspondentes funcionais, se refiram a estados desaparecidos, tais estrelas a brilharem no firmamento e, contudo, há muito perecidas¹²⁶.

Curiosamente desta vez Newton não recorre a Vilfredo Pareto, cuja filosofia moral de base hedonista é condicionada no seu desenvolvimento pela demonstração dos resultados negativos das correlações entre o prazer e o bem-estar, mas opta pela leitura do norte-americano Paul Carus¹²⁷, formulando a tese de que a agradabilidade não depende da utilidade ou nocividade dos estímulos, mas antes da correlação entre o agradável e a estabilização do hábito. E para o ilustrar socorre-se à “auto-análise” de Quincey, expressa no seu “Confessions of an english opium-eater”¹²⁸, demonstrando como os venenos matam lenta e deliciosamente por mais “paraísos artificiais” em que possam fazer a vítima levitar.

Com estes recursos, Newton confirma que embora não se possa negar a conexão entre a utilidade orgânica e a consciência afectiva, tendo em conta a tão elevada complexidade e incerteza do “valor de utilidade” dos juízos afectivos, estes não poderão ser mais do que meras problematizações, susceptíveis de formularem conjecturas mas ficando à espera de melhor prova experimental¹²⁹.

Donde, como refere Newton¹³⁰, a particular ambiguidade do significado do conceito de utilidade era mais do que suficiente para o impedir de ser utilizado como critério numa avaliação objectiva e valorativa do bolchevismo.

¹²⁵ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 414.

¹²⁶ Idem, ibidem, p. 416.

¹²⁷ Paul Carus (1852-1919) pensador norte-americano, nascido e educado na Alemanha, dedicou-se, durante muitos anos, a editar periódicos na área da filosofia da religião. As suas obras mais conhecidas são: *Fundamental problems*, 1889; *The Religion of science*, 1893; *The Gospel of Buddha*, 1900; *The history of the devil*, 1900; *The Principle of relativity*, 1913. Na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Newton de Macedo dispunha, entre as suas obras, pelo menos de uma edição de *Il Buddismo e suoi critici cristiani*, Fratelli Broca, Torino, 1913 e de *Le Problème de la conscience du moi*, Félix Alcan, Paris, 1893.

¹²⁸ Thomas de Quincey, um ensaísta e crítico literário britânico de Manchester, tornou-se famoso ao publicar em 1821, na “London Magazin”, o *Confessions of an english opium-eater*, que teve grande influência na época, onde o autor escreve em prosa poética os efeitos psicológicos da droga depois de a ter experimentado, desde a lua de mel até à lua de fel. A obra foi reeditada revista em 1856 e a partir daí difundida e traduzida em toda a Europa, sendo-lhe atribuída a inspiração de Baudelaire aquando da criação de *Les Paradis artificiels*, 1860. Embora a obra não se encontre no Fundo Primitivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no início dos anos 20, circulavam com facilidade, entre nós, tanto as edições inglesas como as traduções francesas.

¹²⁹ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 417.

¹³⁰ Macedo, Newton de, ob. cit., p. 418.

Para ilustrar tal ambiguidade limitadora, o pensador da Universidade do Porto optaria por recorrer de novo a Pareto no seu “*Traité de Sociologie Générale*”, quando escolhe o tema da “utilidade” e escalona os seus diversos sentidos, afirmando que mesmo considerando apenas “uma das utilidades particulares” como a da “prosperidade material”, surtem diversas “espécies de utilidade”, desde as que dizem respeito ao indivíduo até às que respeitam à espécie humana, passando pelas referentes à família, à colectividade ou à nação, a muitas outras modalidades e cambiantes, donde todas estas utilidades se oporem numerosas vezes¹³¹.

E num trecho que impressionou visivelmente Newton de Macedo, que o traduz, transcreve e sublinha, Pareto remata afirmando que “os teólogos e os metafísicos por amor do absoluto, que é único, os moralistas para incitarem o indivíduo a ocupar-se do bem doutro, os homens de Estado para o incitarem a confundir a sua utilidade pessoal com a da sua pátria, e outras pessoas por motivos semelhantes, costumam reduzir, por vezes explícita, muitas vezes implicitamente, todas as utilidades a uma só”¹³².

O que Newton de Macedo estava era, em 1923, longe de imaginar até que ponto esta análise, se vista como premonição do nacionalismo ascendente, seria verdadeira; nem até que ponto a ambiguidade, por ser intrínseca ou pela conjugação com o momento histórico, afectaria as próprias concepções de Vilfredo Pareto. Longe de imaginar mas, contudo, tragicamente, perto de saber.

Como se pode ver é enfrentando um mar de dificuldades que Newton tenteia e giza a propalada terceira e madura fase de uma sociologia pós-positivista ou talvez ainda nem tanto.

A sua aplicação na experiência bolchevista acabará talvez por se ficar mais pela reflexão epistemológica do que pelo avanço na produção de resultados concretos no processo de compreensão social do fenómeno. Mas desconhecemos a razão pela qual a RFLUP se fica pelo nº 6, em 1923, e a série de artigos de Newton sobre o Bolchevismo é suspensa. A Faculdade só seria dissolvida em 1927 e encerrada em 1931, mas desconhece-se mais qualquer continuidade dos artigos.

Poder-se-iam gizar desde já alguns tentames de melhor sistematização do pensamento sociológico de Newton de Macedo. No entanto, quando surgem

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 419.

¹³² Idem, *ibidem*.

condições para o complexo e multifacetado pensamento de Newton de Macedo vir a ser conhecido nos meios científicos e no grande público, não parece ser o momento de sistematizar. Sabendo-se que sistematizar não significa encerrar definitivamente, pois como alguém sublinhou, as armas da crítica não excluem a crítica das armas, excepto quando as armas ficam dum só lado que cala a crítica do outro - isto quem diz já somos nós - parece-me neste momento mais curial levantar pistas de trabalho em torno de Newton de Macedo do que delimitá-lo com rigor ou fechá-lo em discursos conclusivos. Foi o que intentámos e tentámos, procurando convidar ao estabelecimento de pontes entre o hiato demasiado alargado que as circunstâncias políticas criaram para o nosso país, entre a geração de professores e alunos da Quinta Amarelo e os nossos dias.

Bibliografia de Newton de Macedo utilizada¹³³

- Macedo, Newton de - Filosofia e História da Filosofia. *A Águia*. Porto: Renascença Portuguesa, Nº 43-48: 3ª série (Janeiro-Junho de 1926), p. 20-31¹³⁴.
- Macedo, Newton de - *Aspectos do Problema Psicológico*. Lisboa: Livraria Férein. 1919.
- Macedo, Newton de - *A Crise Moral e a Acção Pedagógica*. [s.n.], 1917 (Lisboa: Imprensa Lucas). Dissertação à Escola Normal Superior da Universidade de Lisboa¹³⁵.
- Macedo, Newton de - *Introdução à filosofia: seu significado e valor*. Porto: Renascença Portuguesa. 1926.
- Macedo, Newton de - *A Neutralidade em matéria religiosa; meios de consegui-la*. [s.n.], 1922 (Lisboa: Tipografia Henrique Torres). Comunicação ao Congresso Nacional de Educação Popular¹³⁶.

¹³³ João Paulo Teixeira Vaz (Logos) e Jorge Teixeira da Cunha (Pensamento Ético de Newton de Macedo, Congresso Internacional dos Pensadores Portuenses) referem-se a colaboração de Newton de Macedo na *Seara Nova* e na *Enciclopédia luso-brasileira*. No entanto, pelo menos desde os primórdios, em 1921, até Dezembro de 1944 (ano do falecimento de Newton de Macedo), não há qualquer colaboração de Newton de Macedo. Muitos ex-professores e alunos da FLUP colaboram com a “Seara Nova”, sobretudo depois da dissolução da Faculdade, tal como Luís Cardim, Agostinho da Silva, Hernâni Cidade, Adolfo Casais Monteiro, Salgado Júnior, Sant’Anna Dionísio e José Marinho (até Teófilo Júnior que não foi aluno da Faculdade de Letras da Universidade do Porto) mas não Newton de Macedo. Embora seja citado e a *Introdução à Filosofia* possa ser adquirida por via da *Seara Nova* mas tal qual as outras edições da Renascença, nomeadamente as de Raul Brandão, Leonardo e Pina de Moraes. Tal, de resto, como *A Águia* fazia em relação às publicações da *Seara Nova*. A *Seara Nova* nem sequer dedica uma única linha ao falecimento de Newton de Macedo, ao contrário do que aconteceu com Lúcio Pinheiro dos Santos, o que terá fundamentalmente a ver com um período de crise na direcção da revista. Também o nome de Newton de Macedo não consta de nenhuma das listagens de colaboradores de nenhuma das edições da Enciclopédia Luso-brasileira em que Newton pudesse ter colaborado.

¹³⁴ Trata-se *grossu modo* de uma antecipação do Capítulo V da *Introdução à Filosofia* com mais uns parágrafos e com as citações bibliográficas mais referenciadas. O artigo encerra com um “continua” que, no entanto, nunca se concretizou; não é de espantar: aconteceu em várias obras resultante sobretudo da alteração da situação política do país incidir sobre a situação profissional de Newton de Macedo, acarretando-lhe instabilidade e um rol de dificuldades práticas que comprometeram os seus projectos intelectuais.

¹³⁵ Reeditado em seguida pela Livraria Férein.

¹³⁶ Reeditado em seguida na *RFLUP*, 5 e 6.

- Macedo, Newton de - Factos e teorias históricas (sociais). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Nº 1-2. (1920), p. 64-86.
- Macedo, Newton de - O Bolchevismo como experiência moral, o conceito de experiência moral. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Nº 3-4.(1921), p. 281-293.
- Macedo, Newton de - O Bolchevismo como experiência moral, o bolchevismo. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Nº 5-6. (1923), p. 405-419.
- Macedo, Newton de - O Bolchevismo como Experiência Moral, Crise Económica e Crise Moral. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Nº. 5-6-. (1923), p. 420-435.

Bibliografia geral

- Almeida, Vieira de - Théorie de l'histoire. *Obra Filosófica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986
- Almeida, Miguel Vaz de - *Um Mar da cor da Terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta, 2000. ISBN 972-774-083-9.
- Althusser, Louis - *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- Barbusse, Henri - *Le Feu: journal d'une escouade*. Paris: Flammarion, 1916.
- Bourdieu, Pierre - A Opinião pública não existe. In *Questões de sociologia*, trad. de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2004. ISBN 972-754-197-6.
- Coimbra, Leonardo - A Razão Experimental, *Obras*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1983. Vol. II
- Croiset, Alfred - *Les Démocraties antiques*. Paris: Flammarion, 1920.
- Domingues, Joaquim - Lúcio Pinheiro dos Santos: ensaio biográfico. *Teoremas de filosofia*. Porto: Joaquim Domingues, ISSN 0874-842X. Nº 2 (Outono de 2000), p. 24-32.
- Durkheim, Émile - *Alfred Fouillée: La Propriété sociale et la démocratie*. [Em linha: edição electrónica em PDF (Acrobat Reader) a partir do artigo publicado em Revue Philosophique, XIX, ps. 446-453 (1885)]. Québec: Cégep de Chicoutimi, Jean-Marie Tremblay. Última actualização 08.09.2002. [Consultado a 26.02.2003]
- Durkheim, Émile - *De la Division du travail social*. 2ª éd. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1902.
- Durkheim, Émile - *As Formas elementares da vida religiosa*. Oeiras: Celta, 2002. ISBN 972-774-128-2.
- Engels, Friedrich - Carta a J. Bloch. In Marx-Engels - *Œuvres choisies*. Moscou: Éditions du Progrés, 1970. Tome III.
- Fouillée, Alfred - *La Démocratie politique et sociale en France*. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1910.
- Fouillée, Alfred - *Nietzsche et l'immoralisme*. 2ª ed. Paris: Félix Alcan Éditeur, Paris, 1902.
- Garofalo, Raphael - *Criminologia: estudo sobre o direito e a repressão penal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1908.
- Garofalo, Raphael - *A superstição socialista*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1904.
- Gramsci, António - *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- Guignebert, Charles - *L'Évolution des dogmes*. Paris: Ernest Flammarion, 1910.
- Guyau, M. - *Esquisse d'une morale sans obligation ni sanction*. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1907.
- Leuba, James H. - *La Psychologie des phénomènes religieux*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1914.
- Pareto, Vilfredo - *Traité de sociologie générale*. Éd. française revue par l' auteur. Paris-Genève: Librairie Droz, 1917.
- Pascal, Blaise – *Pensées. Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1954.
- Pina, Luís de - Faculdade de Letras do Porto: breve história. In *Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto. Vol. I. Separata (1968).
- Ribeiro, Álvaro - *O Problema da filosofia portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1942.
- Santos, Delfim - Linha geral da nova Universidade. In *Obras Completas*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. Vol. I.

- Santos, Delfim - O Pensamento Filosófico em Portugal. In *Obras Completas*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. I vol.¹³⁷
- Sousa, Manuel Joaquim de - *O Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Comissão Escolar e Propaganda do Sindicato do Pessoal de Câmaras da Marinha Mercante Portuguesa, 1931.
- Telo, António José - *Decadência e queda da I República portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- Villari, Luigi - *Italian foreign policy under Mussolini*. New York: The Devin-Adair Company, 1956.

Publicações em série

- Dionísio, Sant'Anna - Lúcio Pinheiro dos Santos. In *Seara Nova*. Nº 1196-97 (9 e 16 de Dezembro de 1950).
- Dionísio, Sant'Anna - A Quinta Amarela. In *Diário Popular*. (29 de Junho 1967)¹³⁸.
- Ferreira, Pedro - Entre o Terror e a Esperança. In *História*. ISSN 0870-4538. Nº 80. (Outubro de 2005), p. 32-37.
- Ribeiro, Ângelo - O pensamento filosófico de Leonardo Coimbra. *Atlântida* (1919) 33/34, p. 938 a 945 (1919).

Abstract

In the present text we present the culminant place of sociology in the Reform of the Higher Education in Philosophy attempted by Leonardo Coimbra in 1919, the time in which, as Minister for Instruction, he creates the Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Such a position is inscribed in the relevant interest showed for sociology, not only following the positivist tradition of the eighteen hundreds, but especially of the Portuguese Renaissance, movement that aspired to rise above it. Thus, we inform that, although the project of inscription of sociology in the philosophy's curriculum of FLUP did not take place for political reasons, authors such as Georg Simmel were studied in detail, mainly after the critique of the philosophy of history. Newton de Macedo, historian and philosopher, is his main scholar: he shows how history as a science tends to progress from the level of historiography to the level of sociology, since historic facts should be inscribed in the category of social facts. Besides his attention to Vieira de Almeida's scheme on historic causality, where he identifies three phases of research, Newton de Macedo develops a critique of the naturalist and scientist visions of social phenomena produced by different positivist authors. On the other hand, when discussing the sociological thought of Durkheim, also well known in the primitive FLUP, he seems to identify himself with it. Focused on the ruins of post-war, Newton, as well as Leonardo Coimbra, produces a very critical reading of positivism (not without considering that it was a good epistemological standing point for work) and has as main purpose the research for new bases for the construction of new values needed to fill the dangerous moral void left by belligerent barbarity. The text reveals the exceptional international and up-to-date openness of FLUP (1919-1931) in a national philosophical academic panorama closed to contemporary novelty and to the world.

¹³⁷ 1ª ed. em 1946.

¹³⁸ Reedição de artigo com o mesmo título de *O Primeiro de Janeiro* (12 de Março de 1958).

Résumé

Dans cet article on expose la place culminante de la Sociologie, dans la Réforme de l'Enseignement Supérieur de la Philosophie, essayée par Leonardo Coimbra en 1919, date où, comme Ministre de l'Instruction, établit la Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). S'insère telle position dans l'intérêt détaché par la Sociologie, non seulement venu de la tradition positiviste du dix-neuvième, mais surtout de la Renaissance Portugaise, du mouvement qui la cherchait à dépasser. On informe que, bien que le projet d'insertion de la Sociologie dans le plan d'études de l'enseignement de la Philosophie à la FLUP n'ait pas réussi par des vicissitudes politiques, auteurs comme Georg Simmel étaient étudiés avec profondeur, principalement à partir de la critique de la philosophie de l'histoire. Newton de Macedo, historien et philosophe, est son principal studieux en percevant comme l'histoire, en tant que science, tend à évoluer du niveau de la historiographie pour le niveau de la sociologie, vu que les faits historiques doivent être insérés dans la catégorie des faits sociaux. Outre se pencher sur le projet de Vieira d'Almeida sur la causalité historique, en lui révélant trois phases de la recherche, il critique les visions naturalistes et scientifiques des phénomènes sociaux provenant des divers auteurs positivistes. En contrepartie, en nous exposant la pensée sociologique de Durkheim, aussi bien connu dans FLUP Primitive, il semble s'identifier avec lui. Centré dans les ruines de l'après-guerre, Newton, tel quel Leonardo Coimbra, en faisant une lecture très critique du positivisme (sans néanmoins cesser de le considérer comme une bonne base épistémologique de travail), a comme but principal la recherche de nouvelles bases pour la construction des nouvelles valeurs nécessaires pour remplir le dangereux vide moral laissé par la barbarie belliciste. L'article soulève l'exceptionnelle actualité internationale de FLUP (1919 - 1931) dans un panorama philosophique académique national fermé à l'actualité et au monde.